



VIII ———
JORNADA
ACADÊMICA
DA UFOPA

FÓRUM INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL

SETEMBRO DE 2019



PROGES
UFOPA



HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ
Reitor

ALDENIZE RUELA XAVIER
Vice-Reitora

LIDIANE NASCIMENTO LEÃO
Pró-Reitora de Gestão Estudantil

MARCIANA LIMA GOES
Diretora de Acompanhamento Estudantil

TEREZINHA DO SOCORRO LIRA PEREIRA
Diretora de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas

POLANY GOMES CORREA
Coordenadora de Inclusão e Diversidade

MARIA EDINALVA SOUSA DE LIMA
Coordenadora de Assistência Estudantil

ENDREW HENRIQUE BARRETO
Coordenador de Esporte e Lazer

CÉZAR HENRIQUE ASSUNÇÃO TEIXEIRA NOBRE
Responsável pela formatação do relatório

RELATÓRIO

I FÓRUM INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

TEMA: ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
PÚBLICA, GRATUITA E MULTICAMPI



**PROGES
UFOPA**

VII Jornada Acadêmica da Ufopa




APRESENTAÇÃO

I FÓRUM INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Em atendimento ao Art. 6º, IV, da Resolução nº 20/Consepe/Ufopa/2017 e ao Art. 7º, I, da Resolução nº 210/Consepe/Ufopa/2017, nos dias 11 e 12 de setembro de 2019, na Unidade Tapajós da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, por meio da Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA) e da Diretoria de Acompanhamento Estudantil (DAE), realizou na Programação da Jornada Acadêmica da Ufopa - o **I Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil: Acesso e Permanência na Universidade Pública**, gratuita e multicampi.

"O FÓRUM INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL TEM NATUREZA CONSULTIVA, PROPOSITIVA, INDICADORA E DE ACOMPANHAMENTO NA ÁREA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR".



O Regimento do Fórum foi aprovado no Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Ufopa, por meio da Resolução nº 299, de 23 de agosto de 2019. Quanto a natureza e finalidade deste importante instrumento de implementação de políticas públicas estudantis de ações afirmativas e de assistência estudantil, dispõe o art.1º da mencionada resolução:

Art. 1º O Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil tem natureza consultiva, propositiva, indicadora e de acompanhamento na área de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil no Ensino Superior, tem por finalidade o assessoramento do Pró-Reitor de Gestão Estudantil, dos Diretores das Unidades Acadêmicas e dos Coordenadores dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da Ufopa e se caracteriza por ser um espaço permanente de discussão e atuação nas garantias dos referidos direitos.

De acordo com o Regimento, são objetivos do Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil:

- I. Assessorar os Gestores da Ufopa no acompanhamento e encaminhamento de proposições para o planejamento, a elaboração, a implementação e a avaliação das Políticas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil no âmbito da Ufopa;
- II. Promover debates, diálogos, rodas de conversas e círculos de paz em defesa dos direitos individuais e coletivos;
- III. Desenvolver atividades conjuntas com os demais Fóruns das Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Administrativas da Ufopa e representações estudantis no âmbito da Instituição;
- IV. Encaminhar propostas e estratégias para o aperfeiçoamento e desenvolvimento das Políticas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil da Ufopa;
- V. Promover discussões que garantam condições de acesso, permanência, êxito e conclusão nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Ufopa;
- VI. Incentivar pesquisas para obtenção de indicadores sobre a realidade do atendimento ao estudante visando maior assertividade na elaboração, execução, avaliação e monitoramento das políticas públicas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil da Ufopa;
- VII. Desenvolver parcerias com a educação básica, redes de atenção psicossocial e socioassistencial, movimentos sociais, ministérios públicos, órgãos públicos e privados e sociedade civil para o planejamento, elaboração e implementação de políticas e projetos interdisciplinares de natureza social, acadêmica, cultural, desportiva, saúde e lazer;
- VIII. Publicizar as discussões, as deliberações e os trabalhos produzidos no âmbito do Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil da Ufopa;
- IX. Incentivar a implementação de propostas pedagógicas e de formação de profissionais do ensino superior, alinhadas às Políticas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil;
- X. Promover a integração e interdependência das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil com a missão, a visão e os princípios da Ufopa, dando ênfase aos direitos humanos, à sustentabilidade e à educação e cidadania ambientais.

Além dos princípios, objetivos, estrutura e funcionamento, estão previstas as Comissões Temáticas e suas representações: essas Comissões têm por finalidade contribuir para a construção/aperfeiçoamento da sistemática de elaboração, implementação, avaliação e acompanhamento da Política de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil, visando à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade acadêmica e científica, bem como a valorização da diversidade étnica, cultural e dos conhecimentos tradicionais dos povos da Amazônia.

Art. 11. São Comissões Temáticas do Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil da Ufopa:

- I. Comissão de ações afirmativas para estudantes mulheres;
- II. Comissão de ações afirmativas para estudantes indígenas;
- III. Comissão de ações afirmativas para estudantes quilombolas;
- IV. Comissão de ações afirmativas para estudantes pretos e pardos;
- V. Comissão de ações afirmativas para estudantes com deficiência;
- VI. Comissão de ações afirmativas para estudantes idosos;
- VII. Comissão de gênero e diversidade;
- VIII. Comissão de heteroidentificação para acesso às políticas de ações afirmativas na Ufopa;
- IX. Comissão de avaliação e acompanhamento da Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) na Ufopa;
- X. Comissão de vulnerabilidade socioeconômica e assistência estudantil;
- XI. Comissão de saúde e qualidade de vida do estudante;
- XII. Comissão de Cultura, Esporte e Lazer.
- XIII. Comissão para a promoção da Cultura de Paz, Comunicação não violenta e Práticas Restaurativas.

Na sua primeira edição a programação do I Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil teve quatro mesas para debate e encaminhamentos dos temas referentes às Ações Afirmativas e à Assistência Estudantil.

- a) Mesa 1 - “Diálogos Interdisciplinares sobre Acesso e Permanência na Universidade Pública e Gratuita: processo histórico, direitos conquistados e garantias necessárias”.
- b) Mesa 2 - “Balanço dos 10 anos de Ações Afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios”.
- c) Mesa 3 - “Balanço dos 10 anos da Assistência Estudantil na Ufopa: conquistas e desafios”.
- d) Mesa 4 - “Ações Afirmativas e Assistência Estudantil na Pós-Graduação: proposições para garantia e efetivação das normas vigentes”.

Buscou-se na composição de todas as mesas temáticas do Fórum contemplar as representações da comunidade acadêmica da Ufopa, convidados externos e sociedade civil organizada.

Durante os dois dias de realização do Fórum compuseram as mesas de debates do Fórum representantes da Proges (Pró-Reitora, Diretores, e representantes dos Núcleos de Psicologia, de Gestão Pedagógica e de Serviço Social), da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit), representante do Ministério Público Federal e Estadual (MPF e MPE), docentes da Formação Básica Indígena (FBI), representante do Instituto de Ciências da Educação (Iced), da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Federação das Associações Quilombolas (CEQ/Santarém/PA), representante do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e do Núcleo de Acessibilidade (Nuaces) da Ufopa.

Além das mesas temáticas para debates e encaminhamentos o evento também teve apresentação cultural, encenação teatral do Grupo de Teatro da Ufopa Iurupari e também a apresentação teatral feita por estudantes indígenas e quilombolas da Ufopa.

Fotos 1 e 2: Ornamentação do local do evento realizada por servidores da Proges e estudantes.



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

No primeiro dia do evento, 11 de setembro, no horário da manhã, a programação iniciou com a mesa de abertura do Fórum. Nela estiveram presentes representantes da Reitoria, da Pró-Reitora de Gestão Estudantil, da Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas, da Diretoria de Acompanhamento Estudantil e representantes Estudantis do Diretório Acadêmico Indígena (DAIN), do Coletivo Estudantil Quilombola (CEQ) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Foto 3: Composição da mesa de abertura do evento



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

Ainda no horário da manhã, após abertura oficial do Fórum houve apresentação cultural do Grupo de Teatro Iurupari com a encenação da peça “Flor do Medo” de Carlos Drummond de Andrade.

Fotos 4, 5 e 6: Composição da Mesa de abertura do evento



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)



Em seguida, foi composta a primeira mesa do evento intitulada “Diálogos Interdisciplinares sobre o Acesso e a Permanência na Universidade Pública e Gratuita: processo histórico, direitos conquistados e garantias necessárias”, mediada pelo servidor Maíke Joel Vieira da Silva (DPEAA/Proges). Nessa mesa estiveram presentes os convidados externos: professor. Dr. Marcelino Conti de Souza da Universidade Federal Fluminense (UFF), Girlián Silva de Sousa do Ministério Público Estadual (MPE), professora Dr^a. Honorly kátia Mestre Correa da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), professora Dr^a. Edna Marzzitelli Pereira representante do Instituto de Ciências da Educação (ICED/Ufopa) e Kelen Maria Garcia de Sousa representante do Núcleo de Acessibilidade da Ufopa.

Foto 7 - Mesa: Diálogos Interdisciplinares sobre Acesso e Permanência na Universidade Pública e Gratuita: processo histórico, direitos conquistados e garantias necessárias.



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

No horário da tarde a programação iniciou com a apresentação dos resultados do Grupo de trabalho - "Cartilha de Combate ao Racismo e Preconceito contra indígenas nas escolas públicas de Santarém/PA", projeto de extensão desenvolvido pela Proges, através da Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas em parceria com a Secretaria de Estado de Educação em Santarém (SEDUC). Na apresentação foram mostrados os primeiros resultados do trabalho iniciado em abril de 2019 com gestores, docentes e estudantes das escolas públicas de Santarém e Ufopa para obtenção de conteúdos para a mencionada Cartilha.

Foto 8 - Apresentação GT - Cartilha de Combate ao Racismo e Preconceito contra indígenas nas escolas públicas de Santarém/PA.



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

Após apresentação do GT foi composta a mesa temática 2 intitulada “Balanço dos 10 anos de Ações Afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios”. Para essa mesa também foram convidados o Prof. Dr. Marcelino Conti de Souza (UFF), a doutoranda Luana Lazzeri Arantes, responsável pela consultoria para sistematização da Política de Ações Afirmativas da Ufopa, a atual e a ex Diretora de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas da Ufopa, a coordenadora da Formação Básica Indígena (FBI), representantes do DAIN, do CEQ, da FUNAI, da Federação de Organização dos Quilombolas de Santarém (FOQS), do Coletivo Negro e representante dos estudantes com deficiência (PcD). Essa mesa foi mediada pelo Prof. Me. Rui Massato Harayama, docente do Instituto de Saúde Coletiva (ISCO/Ufopa).

Foto 9 - Mesa: Balanço dos 10 anos de Ações Afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

No segundo dia do evento, 12 de setembro, no horário da manhã, a programação iniciou com a apresentação dos resultados do Trabalho de Aperfeiçoamento da Formação Básica Indígena da Ufopa. Em seguida, foi composta a mesa 3 intitulada “Balanço dos 10 anos da Assistência Estudantil na Ufopa: conquistas e desafios”. Para compor essa mesa foram convidadas a Diretora de Acompanhamento Estudantil da Proges, professora Dr^a. Marciana Lima Goes, o Coordenador do DAIN, Willames Sousa da Costa, o Coordenador do CEQ, José Henrique de Jesus Pinto, coordenador do DCE, Rional Pinto de Jesus, a Assistente Social da Proges, Vanessa Rodrigues de Sousa, a Psicóloga da Proges, Viviane Moura Canto, o Técnico em Assuntos Educacionais da Proges, Jonnes Santos Farias Pedroso e a Pedagoga da Proges, Helana Miranda da Cruz Gomes. O diálogo foi mediado pela Assistente Social da Proges Ivone Domingos e Silva.

No horário da tarde do dia 12, a programação começou com apresentação do Grupo de Trabalho - Política de Assistência Estudantil. Em seguida, foi realizada uma apresentação pelos estudantes indígenas e quilombolas sobre a “doença do século”.

Por fim, foi composta a última mesa de debate intitulada “Ações Afirmativas e Assistência Estudantil na Pós-Graduação: proposições para garantia e efetivação das normas vigentes”, composta pela representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT/Ufopa), professora Dra. Lenise Vargas Flores da Silva, pelo doutorando cotista Anderson Lucas (Museu Nacional/UFRJ), pela mestrandia indígena Luana Cardoso Oliveira (PPGE/Ufopa). A discussão foi mediada pela servidora Elenise Pinto de Arruda, pedagoga do Instituto de Ciências da Educação.

Foto 10 - Mesa: Ações Afirmativas e Assistência Estudantil na Pós-Graduação: proposições para garantia e efetivação das normas vigentes.



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

No encerramento do evento houve exposição fotográfica interativa dos 5 (cinco) anos de existência da Proges, apresentação cultural com dança de carimbó realizada pelos estudantes indígenas da Ufopa e o serviço de Coffe break oferecido aos presentes.

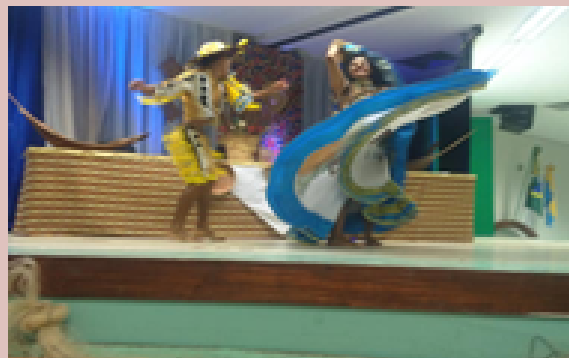
Importante ressaltar que no último dia de realização do Fórum também ocorreu a votação para eleger os membros do Fórum, quais sejam: professora Dr^a. Lidiane Nascimento Leão , professor Dr. Zair Henrique Santos, Francisco Helio Neto Bezerra e Luanna Cardoso Oliveira. Também houve eleição para escolha do local onde seria realizado o II Fórum de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil. O local escolhido foi o Campus Regional da Ufopa em Monte Alegre/PA.

Foto 11 - Apresentação cultural



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

Foto 12 e 13 - Apresentação cultural



Fonte: Arquivo DPEAA/Proges/Ufopa (2019)

Considerações finais

O planejamento, a organização e a realização do I Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência oportunizaram à comunidade acadêmica da Ufopa o espaço democrático para a apresentação, a avaliação, os desdobramentos e os encaminhamentos das políticas de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil existentes na Ufopa.

O I Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil proporcionou aos Gestores (Pró-Reitores, Diretores e Coordenadores) Docentes, Discentes, Associações, Representações e Sociedade Civil organizada momentos de diálogos, avaliação, interação e proposições coletivas para aperfeiçoamento das políticas públicas destinadas aos estudantes.

As reflexões e os encaminhamentos resultantes dos temas dialogados nas mesas temáticas e constantes nas Relatorias do Fórum certamente contribuirão para concretização de novas perspectivas e qualificações das políticas estudantis existentes no âmbito da Ufopa.

Nesse sentido, a Proges organizou relatorias para registro dos debates e encaminhamento de cada mesa. A relatoria da Mesa 1: “Diálogos Interdisciplinares sobre o Acesso e Permanência na Universidade Pública e Gratuita: processo histórico, direitos conquistados e garantias necessárias” foi feita pela Servidora Helana Mirada da Cruz Gomes, Pedagoga do Núcleo de Gestão Pedagógica da Proges (Nugepe/Proges). A relatoria da Mesa 2: “Balanço dos 10 anos de Ações Afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios”, foi realizada pela Servidora Izabela Mendonça de Assis, Assistente em Administração da Diretoria de Acompanhamento Estudantil da Proges. O relato da Mesa 3 “Balanço dos 10 anos da Assistência Estudantil na Ufopa: conquistas e desafios” é de autoria da Psicóloga Milena Rodrigues da Poça, do Núcleo de Psicologia da Proges (Nupsi/Proges). Por fim, a relatoria da Mesa 4: “Ações Afirmativas e Assistência Estudantil na Pós-Graduação: proposições para garantia e efetivação das normas vigentes” foi elaborada pela Assistente Social Vanessa Rodrigues de Sousa, lotada no Núcleo de Serviço Social (Nuses/Proges).

Importante destacar o agradecimento da Proges a todos que colaboraram para a realização do Fórum. Agradecimento em especial aos estudantes indígenas e quilombolas responsáveis pela ornamentação do auditório da Unidade Tapajós da Ufopa, local onde foi realizado o evento.



VIII —
JORNADA
ACADÊMICA
DA UFOPA

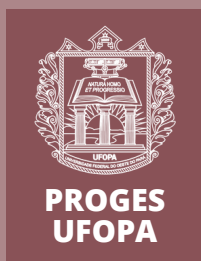
I

FÓRUM INTEGRADO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Anexos



PROGES
UFOPA



Relatoria Mesa 1

Relatora: Helana Miranda da Cruz Gomes

Lotação: Nugepe/DAE

E-mail: nugepe.proges@Ufopa.edu.br

Tel.: 2101-7618

Data: 11/09/2019

Início: 9h

Término: 12h:30

Tradução Simultânea: Sim

Tradutor Intérprete de LIBRAS (TIL):

- Lino Arlem Azevedo Baia
- Jonathan Rafael Cardoso Guimarães

Recurso visual: não

Público Presente: 157

Local: Auditório Campus Tapajós

Tipo da Atividade: Mesa Redonda

Título da atividade: Mesa Redonda 01: Diálogos Interdisciplinares sobre Acesso e Permanência na Universidade Pública e Gratuita: processo histórico, direitos conquistados e garantias necessárias.

- Mediador: Me. Maike Joel Vieira da Silva (Proges/Ufopa)
- Prof. Dr. Marcelino Conti de Souza (UFF)
- Girliam Silva de Sousa (Ministério Público Estadual)
- Professora Dr^a. Honorary kátia Mestre Correa (Proen/Ufopa)
- Professora Dr^a. Edna Marzzitelli Pereira (Iced/Ufopa)
- Kelen Maria Garcia de Sousa (Núcleo de Acessibilidade – Proen/Ufopa)

A apresentação abordou a temática: Diálogos Interdisciplinares sobre Acesso e Permanência na Universidade Pública e Gratuita: processo histórico, direitos conquistados e garantias necessárias.

Nota: a atual Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade, Kássya Rodrigues, pediu a palavra, antes de começar a exposição dos componentes da mesa, para manifestar sua insatisfação por não ter sido convidada para compor a mesa.

Exposição dos convidados

O professor Conti iniciou sua apresentação afirmando ser militante do movimento negro na Universidade Federal Fluminense (UFF). Para sua fala, informou que partiria da obra “Desde que o samba é samba, é assim” e da contribuição dos autores Da Matta e o sociólogo Jessé de Sousa, confrontando o pensamento dos dois autores ao tratar de duas categorias: João Ninguém e Pessoa. Estas categorias estão inseridas na dicotomia entre a Casa e a Rua, que por sua vez, representam as esferas privada e pública. Existem momentos que essas duas esferas se misturam: no Carnaval. Onde ocorre uma hierarquização subversa. A subversão do Carnaval é comparada à lei de Cotas que subverte também quando traz para universidade pessoas que antes não tinham acesso à educação. Compara a universidade a um supermercado onde se entra, faz o que tem que fazer e deixa algo (dinheiro). Na universidade, deixa-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A universidade é um espaço de não lugar, pois assim como no Carnaval a comunidade está e não está, na universidade ocorre o mesmo. As alas representam os limites da participação popular e demarcam até onde se pode ir para não se misturar aos mais ricos. A própria Rainha da Bateria representa a hegemonia, pois já não é mais uma representante da comunidade. O carnaval é comandado por brancos. Diante disso, afirma ser necessário trabalhar a indução. Compreendendo-se que indução é o processo que parte do particular para o geral. Segundo o professor Conti, ocorre na universidade uma falta de indução quando as vagas nos cursos são distribuídas “desequilibradamente”, limitando o acesso a determinados cursos. Estabelece-se alas para a comunidade. Para ele, está provado que os negros e negras tem ótimo desempenho na universidade. Mesmo assim, estes sofrem por conta de brincadeiras racistas e são culpados pelas poucas vagas na universidade. Citou o autor Da Matta, na questão do confronto entre as categorias que usa a expressão “você sabe com quem está falando?” e em situações em que o professor ignora a fala do negro ou sua pergunta e também quando este traz um outro autor que o professor não trabalha. Faltam orientadores para os estudantes negros. Respeito à sua singularidade. Os negros precisam ser notados. O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – precisa apoiar também na área mental. Nesse Carnaval ocorre uma revolução silenciosa, com a presença dos negros. Citou alguns comparativos de melhorias de rendimentos de estudantes negros e concluiu sua fala afirmando que os resultados são fortes, mas ainda são poucos. A representante do Ministério Público Estadual, Girliam Silva de Sousa, iniciou afirmando que participa do Movimento de Mulheres Negras de Santarém. Afirmou que quando foi professora substituta durante 02(dois) anos na Ufopa procurou instigar Políticas Afirmativas na universidade. Para ela, a universidade é um espaço criado para elite. Citou Bourdieu, para quem esse processo histórico está entranhado nas estruturas sociais.

É preciso ir contra essas políticas sociais. Afirma que no momento atual, há um risco de sufocamento e de extinção do acesso e permanência, tendo como exemplo, o sufocamento econômico através da forma como está estruturado a Política de Acesso às bolsas de estudo. Nem sempre discurso e prática andam de mãos dadas. Isso tudo não é de graça, é fruto de lutas. É preciso ficar atento, questionar, ser vigilante. Pois são direitos conquistados à duras penas e que está ameaçado. E não apenas as bolsas de estudo, mas também, alimentação, transporte público e tempo para os estudos. Isto porque, não basta a formação. É preciso ter capital cultural com estudo qualificado. Evitar a sabotagem na qual, os professores sensíveis, passam facilmente o estudante. Os estudantes cotistas e não-cotistas precisam informar-se sobre o “Future-se”¹, entender quais as causas e consequências do momento em que esse projeto está implementado. Concluiu afirmando que o que se vivencia não se trata de oportunidades. É preciso estar atento.

A professora Dr^a. Honorly Kátia (Proen/Ufopa), saudou a professora Lidiane Leão (Pró-Reitora de Gestão Estudantil – Proges/Ufopa) pela instalação de Fórum. Citou Terezinha Pereira (Diretora de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas – DPEAA/Proges/Ufopa), para quem o que importa não é o quantitativo de presentes e sim o qualitativo. Falou do Processo Seletivo Especial, do ponto de vista da interdisciplinaridade, em função de ser caracterizado pela participação de várias pessoas. Citou que o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI) existe desde 2011/2012 e o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) desde 2015. É voltado para os estudantes que não tem oportunidade ou possibilidade de entrar pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Contudo, não é o único processo seletivo. Falou que os estudantes entram na universidade também através das cotas do ENEM que disponibiliza percentuais de vagas para estudantes que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. Comparou a Ufopa a outras universidades das regiões sul e sudeste, que apesar de serem mais consolidadas, apresentam formatos comuns para os processos seletivos especiais, enquanto a Ufopa tem um processo inovador. Este processo consiste na produção de uma redação a ser produzida a partir de textos dados previamente para o estudante. Avalia que é um processo especial já consolidado, mas que precisa melhorar. Falou também dos Seminários Temáticos que têm discutido a inserção de entrevistas no PSEQ e PSEI. Externou sua preocupação com o acesso às inscrições, sobretudo com os indígenas que moram em regiões mais distantes, embora o processo em si seja voltado para o acesso dos estudantes dessas comunidades mais distantes. Admitiu que se vive em tempos difíceis, mas não se pode parar. É preciso manter esse processo. Finalizando, refletiu o fato de a Ufopa estar localizada geograficamente no interior da Amazônia, com 42% de terras indígenas, e que esta localização no coração da Amazônia pode contribuir para manter a possibilidade desses jovens terem acesso à universidade.

¹ Programa que o governo Federal previa implementar no âmbito das Universidades Públicas.

A Professora Dr^a. Edna Marzzitelli Pereira, iniciou sua fala informando que é professora da instituição há 27 anos, dentre estes, 10 anos só de Ufopa. Foi Pró-Reitora de Gestão Estudantil de julho de 2017 à outubro de 2018. Para abordar o tema proposto, a professora fez a leitura do seguinte texto:

Processo histórico

A discussão sobre o acesso entre nós inicia-se com a própria criação da Ufopa, em novembro de 2009. Já na entrada dos estudantes em 2010, ainda sobre a tutela da UFPA um grupo de 11 indígenas, salvo engano, entra na universidade por um processo seletivo especial, lembrando que a maioria deles foi destinada ao Instituto de Ciências da Educação (Iced), em especial nos cursos de Letras e Pedagogia, que até hoje são os cursos que mais têm estudantes indígenas.

Já no ano seguinte, em 2011, a Ufopa define que a entrada dos seus estudantes será pelo Enem e não por um vestibular próprio como a então UFPA fazia. Além disso, implementa um processo seletivo especial para os indígenas, aumentando o número de vagas destinadas a esse grupo. Em 2014 iniciou o processo seletivo quilombola e hoje, 2019, temos um total 7.046 estudantes (2018) que estudam na sede em Santarém e em mais seis Campi localizados nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Juruti e Itaituba, sendo que 433 são estudantes Indígenas, 295 são quilombolas, além de 89 estudantes PCD, tendo concluído seus cursos 48 indígenas, 5 quilombolas e 17 PCD. Precisamos lembrar que a Ufopa foi criada num contexto de expansão e de democratização do acesso ao ensino superior protagonizado pelo Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) e no âmbito da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que, desde 2003 vinha implementando uma série de medidas e inovações na universidade culminando, em 19 de julho de 2010, com a criação pela presidência da república do Decreto nº 7.234, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, destinando recursos próprios para que as universidades ampliassem suas ações de assistência estudantil, que até então se resumiam aos restaurantes, residências universitárias e bolsas de estudos sempre insuficientes. Além desse decreto, institui pela Lei nº 12.711 de 2012, a Lei das Cotas, o recorte econômico e étnico-racial, definindo que as Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação e as instituições federais de ensino técnico de nível médio deveriam reservar 50% de suas vagas para as cotas. Outra medida criada pelo governo foi a portaria do MEC nº 389 de 09 de maio de 2013, que institui o Programa de bolsa permanência – PBP, para estudantes indígenas, quilombolas e estudantes de baixa renda que estudassem em cursos de tempo integral.

Essas ações vislumbravam o acesso agora feito pelo Enem, tendo as vagas reservadas para estudantes da escola pública, negros, pardos, indígenas e, mais recentemente, também para o público PcD, mas buscavam ampliar não só o acesso, mas a permanência dos estudantes.

Estudantes que agora tinham um novo perfil eram em sua maioria vindos das escolas públicas - hoje mais 80% dos estudantes das universidades públicas vêm da escola pública, sendo que a grande maioria tem renda familiar inferior a um salário mínimo e meio, além de que quase 50% são negros, pardos ou indígenas. Esse novo perfil dos estudantes traz em sua origem as deficiências e as carências históricas do ensino médio público que vai, como todos sabemos, da falta de professores, passando por uma infraestrutura inadequada - salas de aulas quentes e superlotadas, até professores que chegam a ter mais de 500 alunos em cada semestre, alunos que mal sabem o nome, além da realidade do ensino modular que se estende por várias comunidades na nossa região.

Por outro lado, a universidade, nossos cursos e o perfil de nossos professores e técnicos não mudaram na mesma velocidade, todos são mestres e doutores, pesquisadores, portanto, formados nas mais diferentes áreas do saber, mas com pouco preparo didático-pedagógico para enfrentar esse enorme desafio. No caso da Ufopa acrescenta-se a pouca experiência de sala de aula decorrente de sermos uma universidade jovem, com professores também jovens.

Direitos conquistados

Se o problema do acesso democratizado caminhava, surge com ele o desafio da permanência, ou seja, como fazer com que esses estudantes não se desmotivem com tantas reprovações? Como não permitir que sejam jubilados? Como fazer para que não fiquem desassistidos financeiramente já que os auxílios financeiros, vindos do PNAES e do PBP, exigem um prazo máximo para o término dos cursos? Como propiciar a troca ou a aliança dos conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos presentes no meio acadêmico para que pudéssemos ter a interculturalidade presente na formação dos nossos estudantes? Além disso, como fazer com que os cursos continuem formando com qualidade os profissionais que a sociedade, as comunidades tradicionais e o próprio mercado de trabalho, cada vez mais competitivo exigem? De outro lado, como deixar de atingir os níveis de exigências cobrados nas avaliações do MEC - no ENADE - que também ignoram a nova realidade presente na universidade pública? Como dar conta de todos esses desafios, além de todos os outros decorrentes do fato de sermos uma universidade ainda buscando se consolidar?

Cabe aqui registrar nesta conjuntura a importante atuação do Fórum Nacional dos Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, instância da Associação Nacional dos Dirigentes do Ensino Superior – ANDIFES, que nos últimos 30 anos vem discutindo e buscando alternativas para o enfrentamento dessas questões, indicando algumas medidas essenciais na garantia dos direitos conquistados dentre eles a criação pelas universidades de uma instância administrativa para auxiliar as unidades acadêmicas na assistência aos estudantes, formada por uma equipe multidisciplinar de administradores, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores físicos, nutricionistas e outros que pudessem não só gerir os recursos advindos do PNAES, mas que pudessem pensar como atender ao enorme contingente de estudantes e a variada problemática a ser enfrentada, as quais a universidade ainda precisava aprender como lhe dar.

Na Ufopa, a assistência estudantil começa em 2011 quando ela passa a ter acesso aos recursos do PNAES, executado primeiro pela Pró-reitoria de Planejamento – PROPLAN; depois com a criação da Pró-reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão – Procce, a ordenação de despesas dos recursos do PNAES passam para a responsabilidade da Diretoria da Comunidade, Cultura e Esporte e a partir de 2014, com a criação da Pró-reitoria de Gestão Estudantil - Proges, a assistência estudantil passa para a nova Pró-reitoria.

Garantias necessárias

Como vemos, precisamos que os estudantes da Ufopa não só cheguem na universidade, mas que tenham sucesso em sua trajetória acadêmica e isso no tempo certo, sem retenções demasiadas, sem julgamentos, sem frustrações que os adoeçam, sem preconceitos e racismo que os deprimam, sem discriminações que os desestimulem, com professores que os possam ensinar com competência e satisfação, numa universidade que reconheça a sua localização geopolítica e a diversidade da população que está no seu entorno, assumindo assim sua verdadeira identidade de universidade Amazônida. Logo os desafios são grandes, mas penso que o trabalho precisa ser coletivo e que esse Fórum pode contribuir muito.

Internamente, principalmente nos últimos 5 anos de existência da Proges, avançamos de maneira significativa. A Proges e sua pequena, mas muito competente equipe, vem desde 2014 estudando, aprendendo, pesquisando, coletando e analisando dados, fazendo um importante trabalho de regulamentação das Políticas de Assistência Estudantil e de Ações Afirmativas, criando e executando Programas de acompanhamento psicológico, pedagógico e social a todos os estudantes e em especial aos indígenas e quilombolas, estendendo suas ações as unidades acadêmicas e campi, ampliando e aperfeiçoando a

distribuição dos recursos do PNAES, fazendo-o chegar a quem realmente precisa dele para permanecer na universidade, além de garantir a aproximação dos estudantes da pesquisa, da pós-graduação e da extensão, instituindo formas de acesso diferenciado nos editais de iniciação científica, de monitoria, de extensão, favorecendo uma formação mais completa.

Vários são os institutos que avançaram no acompanhamento dos estudantes atendidos pelas ações afirmativas como é o caso do meu instituto, o Iced, que desde o ano passado criou uma Comissão permanente de acompanhamentos dos estudantes atendidos pelas ações afirmativas, e que – com a parceria de alguns professores e técnicos – vem fazendo um trabalho importante de levantamento de dados e de escuta dos estudantes e professores. Agora, com a abertura do edital de monitoria – CEANAMA, vai fazer um acompanhamento individual dos alunos indígenas em cada curso. A Formação Básica Indígena (FBI) implantada em 2016 já tem apresentando resultados concretos e já está passando por uma avaliação e ajuste para melhor atender as necessidades dos estudantes indígenas que entram pelo processo seletivo especial, também o projeto de Extensão do Cursinho Quilombola, coordenado pelo professor Luiz Fernando França, tem ajudado bastante os estudantes quilombolas que participam do processo seletivo especial quilombola. Esses são apenas alguns exemplos de inúmeras iniciativas e ações que a universidade tem empreendido visando à permanência dos estudantes. Contudo, é preciso que a sociedade como um todo reconheça a importância do processo de democratização e de transformação social que a universidade é capaz de promover numa região como a nossa. É preciso que se reconheça o esforço que vem sendo feito para avançarmos na conquista da garantia do direito ao ensino superior para as populações que, até bem pouco tempo, nem passavam pela porta de uma universidade pública e gratuita. É preciso que a sociedade nos ajude a resistir a esse Projeto que está sendo colocado pelo MEC que remete ao futuro, o Future-se, mas que ao contrário do que é propagado, tira o futuro dos pesquisadores, tira o futuro dos estudantes que hoje frequentam a universidade pública, já que acaba com a autonomia da gestão financeira da universidade, não garante os recursos públicos de que ela precisa e além do mais, permite que nossas pesquisas e nossos conhecimentos sejam transformados em mercadorias para serem vendidas num mercado que é seletivo, exigente e que, com certeza, não se interessa em fazer jovens pobres, indígenas, quilombolas, LGBTs e PCD profissionais e cidadãos capazes de mudar a sua realidade, a de suas famílias e da sociedade a sua volta.

Portanto, vejo muita importância no trabalho que este Fórum pode desenvolver, pois só uma ação coletiva, competente e direcionada pode nos ajudar a salvar a universidade pública, gratuita e multicampi. Salvar a Ufopa é o sonho de ter uma universidade no interior da Amazônia. Obrigada!

Com esta leitura, a professora concluiu sua apresentação.

A Tradutora Intérprete de Libras (TIL) do Núcleo de Acessibilidade (Proen/Ufopa), Kelen Maria Garcia de Sousa, iniciou sua fala esclarecendo que o convite para sua participação na referida Mesa Redonda não teve a intenção de tomar à frente da atual Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade, mas sim, devido sua participação no Núcleo desde a criação. Justificando, portanto, a sua contribuição diante da temática sugerida. Segundo ela, o Núcleo encontra-se na Proen, mas está havendo discussões sobre sua identidade, para que este tenha mais visibilidade e consolide suas ações. Iniciou seu relato falando que as ações inicialmente eram mais focais. O processo histórico vem se construindo, mas ainda é muito recente. Está em vista a construção de um diretório estudantil para Pessoas com Deficiências (PCD), na busca dos alunos se apropriarem de seus direitos e se fortalecerem. O público deste Núcleo são pessoas com deficiência e superdotação. Estudantes com deficiências mais “leves” não se identificam com o Núcleo. Cada estudante tem a sua especificidade. Não há receitas prontas. É preciso proximidade com os professores, pois alguns buscam ajuda devido estarem com estudantes deficientes em suas classes. É preciso pensar em formas de atender os alunos com materiais apropriados. Quem são os estudantes? Aqueles que apresentam surdez, cegueira e baixa visão. Há um grupo de monitores que atende, faz a sensibilização. Há dificuldade na datilologia (reprodução de sinais para cada assunto), nesse aspecto a ajuda dos professores é fundamental para criação de sinais apropriados para os termos técnicos referentes aos assuntos. Falou das dificuldades como o fato da equipe ser reduzida: poucos intérpretes, colaboração de estudantes na função de monitores que assumem diferentes funções (gravam áudios, pesquisam...). Os estudantes PCD ingressam na universidade tanto pela ampla concorrência quanto por cotas sociais, com garantia de 50% das vagas. Algumas estratégias para favorecer a inclusão na universidade são a oferta de cursos e formação continuada em Libras e acessibilidade. O uso de softwares pode ser ofertado tanto para a comunidade acadêmica se sensibilizar, quanto para o público PCD. Temos alguns desafios: montar equipe multidisciplinar; promover a formação nos Campi; proximidade e identificação dos alunos; aquisição de materiais e tecnologias assistidas; recursos para compra de materiais que são caros; criação de bolsa permanência para PCD.

Perguntas e respostas

Após o término das falas dos convidados, o mediador Maike franqueou a palavra para participação das perguntas dos participantes da plateia.

O estudante indígena Karu, ex-coordenador do Diretório Acadêmico Indígena (Dain), fez os seguintes questionamentos: onde é que está a resolução das várias demandas que já foram apresentadas pelos indígenas, inclusive, quando ele ainda era Coordenador do Dain? Por que só agora esse Fórum? Afirmou também que há na Ufopa uma invisibilidade e racismo dentro da Reitoria. Afirmou que as pessoas não estão preparadas para receber indígenas e PCD. Concluiu afirmando: A Ufopa fica, Bolsonaro sai!

A estudante Karina (monitora do Núcleo de Acessibilidade) pediu que os estudantes que são atendidos pelo Núcleo se manifestassem. Informou que quem mais atende os estudantes PCD são os estudantes bolsistas. Precisa ser verificado a jornada de trabalho, que precisam ser direcionadas políticas para o Núcleo. Falou também que os materiais produzidos precisam ser publicizados entre os membros do Núcleo. Encerrou pedindo mais uma vez que os estudantes PCD se manifestassem colocando suas demandas.

A professora Kássia Rodrigues (Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade), ressaltou as demandas do Núcleo. Afirmou que os materiais precisam ser disponibilizados e falou da necessidade de mais profissionais para atender esses estudantes. Afirmou que as demandas já são conhecidas, são necessárias agora as respostas, e que a Ufopa já não é mais tão nova assim.

O estudante Anderson (Campus de Óbidos), afirmou que os alunos estão esquecidos. Que em seu Campus os indígenas estão sem acompanhamento. Há apenas inserção de alunos, mas não há o acompanhamento. Para o atendimento aos estudantes PCD, tem rampa para cadeirante, mas não tem piso tátil.

O professor Dr.º. Luís Fernando (Instituto de Ciências da Educação – Iced/Ufopa), trabalha com estudantes quilombolas desenvolvendo projetos e pesquisa sobre quilombolas. Sobre essas pesquisas vai apresentar resultados parciais em breve. Fez a seguinte proposição: que se discuta medidas para melhorar as condições das ações afirmativas na universidade. Citando a fala do Professor Conti, afirmou que trabalha nos Processos Seletivos Especiais e que em alguns Institutos as vagas aumentaram, mas houve queda acentuada no Instituto de Engenharia e Geociências (IEG). Cobrou justificativa do IEG e questionou o que está por trás disso? Acentuou que no Regimento de Graduação da Ufopa há apenas uma linha sobre a questão da oferta de vagas. Solicitou que saia do Fórum um encaminhamento sobre essa questão.

A estudante Alessandra Karipuna, em sua participação afirmou que a Formação Básica Indígena (FBI) ano que vem pode não existir mais. Falou que acompanha o movimento indígena. Participa dessa formação, tem facilidade para falar, mas ainda tem dificuldade para escrever. Já está entendendo mais o português. Afirmou que a FBI é muito importante. Que o preconceito é grande e essa formação ajuda o indígena a aprender a se expressar na hora de apresentar o TCC.

A estudante Simone Carvalho (Curso de Matemática e Física) pediu respeito por parte dos professores a estudantes indígenas e PCD. Afirmou que têm professores que ignoram esses estudantes, não se importam se eles estão aprendendo ou não. Os professores têm que ensinar, não os monitores que acompanham os estudantes. Informou que já aconteceu casos de professores chamarem o estudante de “burro”. Concluiu dizendo que se a universidade é inclusiva, que ela inclua de fato.

A professora Vivian Dielly da Silva Farias (Campus Juruti), informou que tem aluna surda e afirmou que percebe que esta não está aprendendo. Disse que pelo fato de não ter FBI em Juruti, sente-se angustiada e insatisfeita e não tem formação sobre como elaborar uma prova ou como lidar com esse estudante deficiente.

Após esta fala, o mediador Maike passou a palavra para os participantes da mesa fazerem seus comentários e considerações finais.

O Professor Conti comentou sobre as falas de Karu e Alessandra. Segundo ele a questão da invisibilidade do estudante indígena tem a ver com a questão da redistribuição e reconhecimento. Sobre isso, citou-se como exemplo, afirmando que conquistou o cargo de Pró-Reitor na universidade onde atua, mas que quando alguém chega em sua sala, o vê na mesa de trabalho e, mesmo assim, o questionam quando o Pró-Reitor virá. Segundo ele, situações como esta ocorrem pelo fato de ele ser negro. São limitações que se erguem em determinados espaços por conta da cor da pele. Afirmou que, cognitivamente, os professores estão blindados para enxergar deficientes, negros, indígenas.

E concluiu afirmando: “que bom que a universidade está proporcionando este debate”. E que foi maravilhosa a expansão durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), mas tem que ter cuidado.

A servidora do Ministério Público Estadual, Girlian, também comentou a fala do estudante Karu, ressaltando a questão da demanda. Afirmou também que um processo de inclusão não é pacífico. Estamos forçando a entrada e ao mesmo tempo há um movimento reverso e velado. Concluiu reforçando a necessidade de discutir as diversas formas de expulsão que estão sendo expostas.

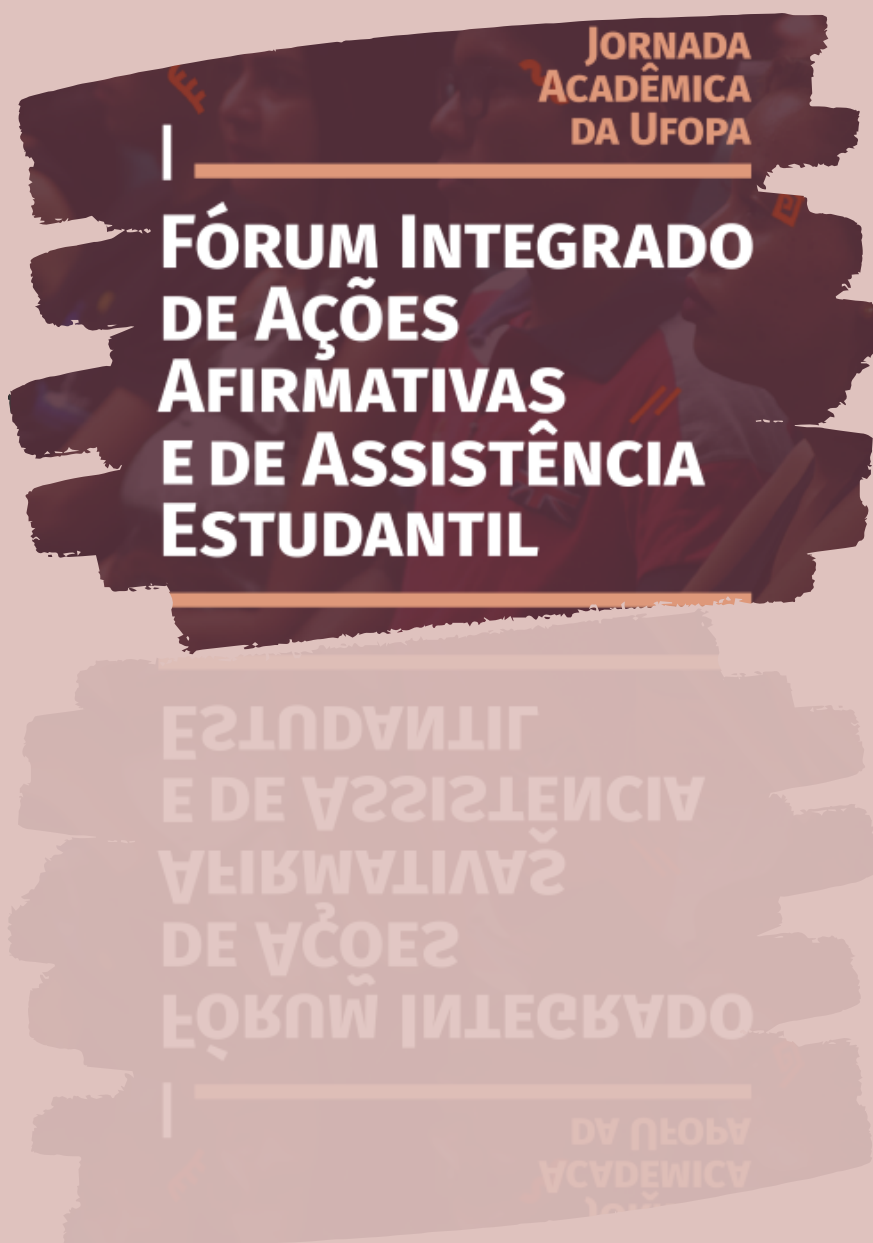
A professora Honorly Kátia, comentou a fala do professor Luís Fernando. Informou que a questão das vagas terem diminuído no IEG, foi em função da pouca procura dos estudantes indígenas. Segundo ela, os indígenas têm procurado cursos do Instituto de Ciências da Sociedade - ICS, mas isto não significa que não se possa repensar a questão. Falou que é preciso normatizar os Processos Seletivos Especiais e os Seminários temáticos, qualificar os Seminários, colocar no calendário institucional. Sobre a fala da professora Vivian, comentou que essa angústia é sentida por todos.

Quanto à ampliação da equipe do Núcleo, falou que tem investido na monitoria discente. Sobre a afirmação de que a FBI vai terminar, afirmou que não. E sim, que esta será reformulada, repensada, melhorada e consolidada.

A professora Edna agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para discutir a temática das Ações Afirmativas e Assistência Estudantil.

A TIL Kelen agradeceu a oportunidade de participar da mesa e desejou que o Fórum seja um processo de conquistas e, a partir das discussões levantadas, busque-se alternativas e caminhos para melhoria das condições dos estudantes PcD na Ufopa.

Após esta fala, o mediador Maike concluiu os trabalhos da mesa e desejou um bom almoço a todos, convidando-os para a programação da tarde.





Relatoria Mesa 2

Relatora: Izabela Mendonça de Assis

Lotação: Coordenação de Assistência Estudantil /DAE

E-mail: coordenacao.ae@ufopa.edu.br

Tel.: 2101-6530

Data: 11/09/2019

Início: 14h30

Término: 18h:

Tradução Simultânea: Não

Recurso visual: não

Público Presente: 138

Local: Auditório Campus Tapajós

Tipo da Atividade: Mesa Redonda

Título da atividade: Mesa Redonda 02: Balanço dos 10 anos de Ações Afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios.

- Mediador: Me. Rui Massato Harayama (Docente do Isco/Ufopa)

Integrantes da mesa:

- Prof. Dr. Marcelino Conti de Souza (UFF)

- Me. Luana Arantes Lazzeri

- Me. Elenise Pinto de Arruda (Iced/Ufopa),

- Me. Terezinha do Socorro Lira Pereira (Proges/Ufopa)

- Profa. Me. Denize Carneiro (Formação Básica Indígena/Ufopa)

- Raimundo Abimael (DAIN),

- Jaime Mota (CEQ)

- Representante LGBTI+

- Representante PcD

- Representante do Coletivo Negro

- Representantes da FUNAI, FOQS e CITA

I FÓRUM DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFOPA

RELATORIA MESA REDONDA 2: Balanço dos dez anos de ações afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios

No décimo primeiro dia do mês de setembro de dois mil e dezenove, no auditório da unidade Tapajós, campus Santarém, ocorreu o primeiro Fórum de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Ufopa, em que se debateu a mesa redonda dois, cujo tema foi Balanço dos dez anos de ações afirmativas na Ufopa: conquistas e desafios. A mesa foi composta pelos seguintes representantes: o professor da Ufopa Rui Massato Harayama como mediador, Marcelino Conti de Souza, convidado da Universidade Federal Fluminense (UFF), Luana Arantes, Elenise Arruda do Instituto de Ciências da Educação da Ufopa (Iced/Ufopa), Terezinha do Socorro Lira Pereira da Pró Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), Denise Carneiro da Formação Básica Indígena (FBI), Karo Munduruku do Diretório Acadêmico Indígena (Dain), Jaime Mota do Coletivo Estudantil Quilombola (CEQ), Geraldo Dias da Fundação Nacional Indígena (Funai), Claudiane Sousa Lira da Federação de Organização dos Quilombolas de Santarém (FOQS), Luciana Guedes como representante do grupo lésbicas, gay, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTQI+), Felipe Nogueira do grupo Pessoas com Deficiências (PcD) e Amauri Gonçalves representante do Coletivo Negro. Luana Arantes inicia fazendo uso da palavra, enfatiza o reforço que se deve dar às particularidades de cada povo quando se pensa em ações afirmativas. Alguns passos importantes foram dados no decorrer desse tempo, como a criação da FBI, projetos de extensão com aldeias, vivência intercultural nas salas de aula, o ingresso pelo processo seletivo especial que deve ser uma construção coletiva e participativa. Hoje essa gestão ainda é bem limitada, pois o PSE ainda não dispõe de normativas que o regulamente, depende da vontade política de cada gestão. Houve, ainda, algumas ações tímidas e mesmo com o quadro de servidores insuficiente, foi produzida a Cartilha contra discriminação e o curso de Nheengatu com formação de professores da rede básica de ensino de Santarém. Falou da importância de se promover a igualdade racial no meio acadêmico e o Fórum de Ações Afirmativas é uma arma para ultrapassar os percalços que a nível nacional se propaga, como a não cota nas universidades, não demarcação de terras indígenas, etc. Elenise Arruda começa fazendo um panorama do que a Proges tem feito de apoio aos estudantes, como na criação das representações estudantis, apoio na concessão de auxílios para participação de eventos científicos, bolsas estudantis, apoio às visitas nas aldeias, quilombos, apoio ao PSE, formação de cem professores pelo projeto de extensão curso de Nheengatu, com carga horária de trezentos e sessenta horas.

Além disso, outras iniciativas merecem ser destacadas como a realização de trinta e três eventos em quatro anos na temática de ações afirmativas, aprovação da FBI pela Resolução 194/2017, proposta de minuta construída em abril de 2017 para a implantação das ações afirmativas na pós-graduação, porém nas reuniões para construção da minuta foi observado uma ausência dos setores competentes para discussão e dificuldade de se montar um grupo de trabalho para trabalhar o tema. Denise Carneiro começa sua fala indagando que tipo de sociedade que cada um quer e, em cima disso, apontou que as ações afirmativas são imprescindíveis. Hoje a FBI é um projeto que tem como objetivo atender às demandas apresentadas pelos estudantes e lideranças indígenas em decorrência do alto índice de retenção e reprovação, uma vez que se pensou no ingresso nos estudantes indígenas, mas não no seu acompanhamento. A FBI iniciou-se em 2017 com a nomeação de três professores da área de linguística e no decorrer do tempo observou-se um desprezo da FBI por parte da comunidade acadêmica, sendo que este é um instrumento importante de ação afirmativa. Karo Munduruku falou que esses dez anos foram de bastante luta dos estudantes, e com isso aprenderam a se organizar e se estruturar da mesma maneira que o “branco” age. Jaime Mota relatou a observação de alguns avanços nas ações afirmativas e o dever de se pensar em ações que o estudante possa permanecer na instituição. Geraldo Dias fala da competência da Funai no acompanhamento das políticas públicas para garantir o direito indígenas e falou da importância de se construir parcerias institucionais para pós-graduação, intercâmbio intercultural, dentre outros. Claudiane Sousa Lira, representante da FOQS, falou do anseio dos estudantes em não querer somente bolsas e auxílios, mas também o poder de ocupar outros espaços no meio acadêmico, como na pesquisa, na extensão, participação em projetos, etc. Falou ainda da necessidade urgente de se regulamentar o número mínimo de vagas para cada curso ofertado pelo PSE, frente à publicação dos editais PSEI e PSEQ 2020, em que o Instituto de Engenharia e Geociências apresentou apenas duas vagas para cada edital. Luciana Guedes, representante LGBTQI+ falou que a Ufopa deve tomar como referência grandes universidades que já têm implementadas políticas para a diversidade sexual no âmbito acadêmico. Falou da dificuldade, a quem ou a qual setor dentro da Ufopa procurar quando um estudante sofre um preconceito pela sua orientação sexual. Deu exemplo da Universidade Federal de Goiás que em 2015 já conversava sobre um programa de diversidade dentro da universidade. Felipe Nogueira, representante dos PcD, começou falando sobre o esforço que tem feito para a criação de um diretório próprio para os PcD, porém não conseguiu pela baixa frequência dos colegas nas reuniões e por questões políticas ainda não foi viável. Falou que falta a Ufopa dar apoio à acessibilidade, faltam pisos táteis nos prédios, elevadores adequados e funcionários.

Amauri Gonçalves do Coletivo Negro fala que este público ainda é muito invisibilizado no meio acadêmico e relata as dificuldades dos estudantes negros em participar de editais Ações Afirmativas Pibex, quando por exemplo, ingressaram pelo processo seletivo regular. Vê as cotas como agregadoras no sentido de igualdade de oportunidades e relatou um caso em que perdeu a bolsa Pibex por ter trancado duas disciplinas que sofria preconceito na turma e viu a omissão do professor diante do caso. Ressaltou a importância de ações de acompanhamento psicológico voltado às ações afirmativas e a capacitação de servidores para atender esse público, que ainda é carregado de preconceito. Marcelino Conti da UFF falou da necessidade de se descolonizar a mente dos professores, dar formação continuada como a Escola de Gestão implantada na UFF, pois deve haver além da responsabilidade profissional, um desprendimento. Falou da importância dos coletivos como estratégia de pertencimento desse lugar dentro dos espaços na universidade, deve-se perceber a desigualdade socioeconômica, étnica no meio acadêmico. Levantou a questão de que se a Ufopa faz preparação para seu acesso, como apoio a cursinhos pré-vestibulares, se faz acompanhamento também de seus egressos e apontou que essas avaliações são prementes para constatar se as ações afirmativas estão fazendo diferença para a nação. Falou que na UFF já existem vagas reservadas na Pós-Graduação para o público trans. Rui Massato como mediador faz um resumo do que foi abordado na mesa e abre a fala para a plenária. A professora Kassya do Núcleo de Acessibilidade fala que o Núcleo está trabalhando em 2019 sem nenhum recurso, mas mesmo assim várias ações já foram realizadas, como curso de surdo cegueira com carga horária de trinta horas, o evento sobre autismo, etc. Williamses do Dain apontou a necessidade de um curso de capacitação para docentes a curto prazo sobre ações afirmativas, ampliação do número de servidores para atender esse público na Proges, implantação de uma campanha contra o racismo e preconceito no site institucional e dentro dos institutos e transparência da efetivação dos recursos públicos do Pnaes. O estudante PcD Wellington falou sobre a necessidade de cotas para PcD nos processos seletivos especiais. A estudante Taís do curso de antropologia falou da necessidade de ações efetivas contra o racismo na instituição e a criação, por exemplo, de um comitê de assistência jurídica para pessoas que sofrem racismo/preconceito na instituição. Maíke Vieira da Proges falou que o movimento social deve se relocalizar e mencionou de suas leituras a diferença entre a branquidade e a branquitude, em que o branco defende outro branco, como o caso no ministro de educação Entralb, em Alter do Chão, mas isso não é visto com o negro. Falou que falta base de movimento na conversa que teve com a estudante indígena Alessandra Korap, disse que é importante acompanhar os estudantes depois que eles recebem bolsas. A seguir, a mesa fez as considerações finais e se despediu.

Encaminhamentos da plenária

1. Normatizar o Processo Seletivo Especial, incluindo o número mínimo de vagas a serem ofertadas por cada curso;
2. Aprovação da minuta que regulamenta e estabelece as ações afirmativas na pós-graduação;
3. Normatizar a Formação Básica Indígena nos currículos dos cursos de graduação;
4. Implantar políticas voltadas ao público da diversidade sexual na instituição;
5. Apoiar à acessibilidade, com implantação de piso tátil, elevadores que funcionem nos espaços institucionais, apoio financeiro na aquisição de equipamentos que auxiliem o público PcD;
6. Implantar ações de acompanhamento psicológico voltado ao público das ações afirmativas;
7. Capacitar servidores para atender este público;
8. Apoiar ações de cursinhos pré-vestibulares populares para o acesso à universidade;
9. Avaliar egressos das ações afirmativas para constatar seu efeito na nação;
10. Promover curso de capacitação para docentes a curto prazo sobre ações afirmativas;
11. Ampliar número de servidores para atender esse público na Proges;
12. Implantar uma campanha contra o racismo e preconceito no site institucional e dentro dos institutos;
13. Dar transparência da efetivação dos recursos públicos do Pnaes.



Relatoria Mesa 3

Relatora: Milena Rodrigues da Poça

Lotação: Nupsi/Dae

E-mail: nupsi.proges@ufopa.edu.br

Tel.: 2101-7618

Data: 12/09/2019

Início: 9h

Término: 13h:30

Tradução Simultânea: Não

Recurso visual: slides em Power Point com resultados referente ao ano de 2018/2019 da atuação dos NUGEPE e NUPSI.

Público Presente: 152

Local: Auditório campus Tapajós

Tipo da Atividade: Mesa Redonda

Título da atividade: Mesa redonda 3: Balanço dos 10 anos da Assistência Estudantil na Ufopa: Conquistas e desafios

Mediadora: Ivone Domingos e Silva – Assistente Social da Proges

Debatedores(as):

- Marciana Lima Góes – Diretora de Acompanhamento Estudantil
- Willames Sousa da Costa – Dain (Coordenador)
- José Henrique de Jesus Pinto CEQ (Coordenador)
- Ronaldo Pinto – DCE
- Vanessa Rodrigues de Sousa – Assistente Social da Proges
- Viviane Moura Canto – Psicóloga da Proges
- Jonnes Santos Farias Pedroso – Técnico em Assuntos Educacionais da Proges
- Helana Miranda da Cruz Gomes – Pedagoga da Proges

A mediadora iniciou os trabalhos cumprimentando a plenária e os componentes da mesa, posteriormente passou a palavra para a diretora de Acompanhamento Estudantil, a professora Marciana Lima Góes.

Marciana Lima Góes: A diretora iniciou sua apresentação relembrando a fala da professora Edna Marzzitelli que disse que a Proges já existe há 5 anos na Ufopa. Falou ainda sobre a criação do Pnaes, da Lei de cotas, sobre a portaria Mec em 2013 (Programa Bolsa Permanência) que oferece auxílio financeiro para indígenas e quilombolas. Hoje inclusive é um questionamento dos outros alunos sobre esse item, porque os indígenas recebem e os outros não? É exatamente por conta desses critérios descritos nessa portaria. O programa de bolsa permanência foi criado para minimizar as vulnerabilidades sociais e, nesse contexto, surgiu o Pnaes. A professora fez a seguinte indagação: quem gere a bolsa Mec na Ufopa? Sempre foi a Proges? Quem é que gere essas medidas na Ufopa? Ainda resgatando a fala da professora Edna, a Ufopa passa a receber esses recursos em 2011, inicialmente era a Proplan que era a ordenadora de despesas. Depois, em 2014, que foi criada a Proges por uma demanda dos estudantes da Ufopa. Em agosto de 2013 iniciou a concessão da bolsa Mec, gerida inicialmente pela Procce e hoje gerida pela Proges. Em 2015 a Proges ordenou a despesa de 5 milhões, mas esse recurso era rateado por outras Pró-reitorias. Em 2019 o recurso foi de 8 milhões e também foi rateado pelas Pró-reitorias e a Arni, para mobilidade externa. Desde 2014 foram executadas algumas ações, o auxílio permanência regular, especial e emergencial. Em 2016 continuou com os auxílios permanência regular, permanência especial e emergencial. Em 2017 inseriu-se o auxílio para estudantes indígenas participarem do encontro nacional de estudantes indígenas (Enei) e também rateada para monitoria e jogos estaduais. Em 2018 o auxílio regular, especial, jogos, monitoria etc. Em 2019, o Eneq, Proges itinerante, regular, especial, Enei, bolsa Mec Ufopa, ajuda de custo PSE e agora ajuda de custo no processo seletivo regular (PSR). Inclusive estamos finalizando o processo de auxílio do PSR, além dessas ações houve outras ações através do Nupsi, Nugepe, Nuses, carteirinhas intermunicipais, parceria com União dos Estudantes de Santarém (UES). Abrimos período de concessão da carteira 2019.1 e se tiver demanda para 2019.2, também abriremos. Não é apenas municipal, mas também nacional. Não sei o que acontece, talvez os estudantes não saibam ler os editais ou não entendem, mas vamos trabalhar na regulamentação das ações com criação de manuais para tirar dúvidas de editais dos processos seletivos, percebo que a Proges trabalha pesado no atendimento aos estudantes, com assessoria em grupos de WhatsApp, e-mail aos campi e peço colaboração dos estudantes para nos ajudar a melhorar essa comunicação. Estamos à disposição para atendê-los lá na Proges. Depois a servidora Vanessa vai explicar melhor como se dá o processo de análise e documentação. Agradeço a oportunidade.

Mediadora: Passo a palavra ao servidor Jonnes.

Jonnes: Bom dia, peço desculpas pelo som, ontem deixamos tudo funcionando, mas problemas técnicos acontecem. É um prazer estar aqui e cumprimentar a todos que estão aqui, voltando as atividades aqui da mesa, agradeço a presença de todos nesse balanço de dez anos de Ufopa, de assistência estudantil. Quero ler um trecho da lei 12.085, de 5 de novembro de 2009, a lei de criação da Ufopa no artigo 1º – que diz: “fica criada a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa por desmembramento da UFPA e da UFRA”.

Meu entendimento é que esse foi um marco muito importante na nossa região. Existe uma emissora de rádio e televisão fechada que os funcionários dizem em uma palavra como se sentem no ambiente organizacional. Eu se fosse resumir em uma palavra o ambiente organizacional da Ufopa, eu digo a palavra oportunidades e a assistência estudantil é também oportunizar esse grupo de estudantes em situação de vulnerabilidades uma formação plena que envolva ensino, pesquisa e extensão. Só assim teremos a oportunidade de uma formação plena e quem assina esse documento da criação da Ufopa é o José Alencar Gomes da Silva, Fernando Haddad e Paulo Bernardo Silva. Eu fico muito feliz em ver algumas pessoas aqui na plenária, pela significância histórica na construção da Ufopa e da Assistência estudantil e fico feliz de ver no auditório algumas pessoas importantes nesse processo, a professora Edna Marzzitelli, a Assistente Social Ivone Aguiar (a primeira assistente social da Proges), também tivemos a Assistente Social Amanda Valeria na Procce e também a Psicóloga Viviane Canto, a primeira psicóloga da Proges, Helana Miranda, a primeira pedagoga da Proges. Quero destacar também os nomes da professora Raimunda Monteiro, que era a reitora na época da criação da Proges. A professora Marciana destacou na sua fala que a criação da Proges, da Assistência estudantil partiu de uma demanda dos estudantes e foi entendida como importante para a gestão. Quero também citar os antigos pró-reitores da Proges, o professor Valdomiro de Sousa, a professora Deise Marcela, a professora Eliane Flexa e agora essa benção nas nossas vidas, a professora Lidiane Leão. A professora Marciana disse também que a gestão da Assistência estudantil na Ufopa remete a outras datas, a períodos anteriores e eu quero destacar que o modelo de como fazer os primeiros editais foram herdados da UFPA. O primeiro processo seletivo da Ufopa foi administrado pela “copervis” para a nova instituição instalada na região, a Ufopa, tivemos um período de cooperação técnica com a UFPA, fomos auxiliados pela nossa “mãe” UFPA, por que é importante lembrar? Porque utilizamos esses moldes nesses primeiros anos. No início precisamos que as assistentes sociais da UFPA fizessem a análise dos estudantes, em 2013 foi criada a PROCCE e essa Pró-reitoria era responsável pela Assistência estudantil. É importante destacar que é um mito que a Assistência estudantil é só repasse de bolsas e auxílios financeiros, à medida que (as) os profissionais são empossados (as) outras ações foram agregadas e com as ações dos núcleos de Psicologia, Pedagogia e Serviço Social as ações de atenção ao estudante crescem ainda mais, mesmo sabendo que a demanda é muito grande e a equipe é pequena, o que exige muita doação dessas ótimas profissionais. E em 2014 é quando inicia os trabalhos da Proges efetivamente, nesse formato que temos hoje e eu quero revelar que eu fiz questão de perguntar para os candidatos a pró-reitores da Proges qual era a proposta de trabalho dos gestores, principalmente por considerar a importância estratégica dessa Pró-Reitoria. Quero agradecer a todos os presentes. Obrigado.

Mediadora: Nesse balanço de dez anos de Assistência estudantil não poderíamos deixar de ter nessa mesa os representantes dos estudantes e dos coletivos. Então, já vi que o Willames chegou e você vai representar os estudantes indígenas nessa mesa? Pode subir, seja bem-vindo. Agora passo a palavra ao representante dos estudantes quilombolas, José Henrique.

José Henrique: Bom dia a todos! Quero cumprimentar a todos e também agradecer aos servidores da Proges que sempre nos atendem muito bem e em qualquer horário, muitas vezes fora do horário de expediente e dizer sobre a trajetória dos quilombolas na Ufopa e explicar por que as vezes temos uma postura que muitas vezes não é entendida por outros estudantes. Entramos em 2015 na Ufopa, mas quero focar a partir do ano que eu entrei aqui, em 2017. Vou direcionar minha fala para os estudantes indígenas e quilombolas, por termos uma maior proximidade na trajetória acadêmica, peço desculpas, não quero excluir ninguém. Em 2015 quando fizemos uma pesquisa, uma análise socioeconômica, por conta das dificuldades acadêmicas que os estudantes apresentavam e queríamos saber o que estava acontecendo com esses alunos e quais os motivos do alto índice de reprovação nas disciplinas, precisávamos entender quais eram as dificuldades dos estudantes, conseguimos entrevistar 130 alunos no período de 2015 a 2018, e eu espero que esse número aumente em 2019. Esse fórum é de uma importância enorme, porque aqui temos espaço pra falar e para tentar pensar soluções, não adianta a universidade abrir as portas e não dar as condições para continuar o curso e nos formarmos, precisamos de ações específicas para indígenas e quilombolas na Ufopa, não quero ofender ninguém, mas queremos falar entre nós, pois nos sentimos mais à vontade entre nossos pares, conversarmos com a Proges e saiu o primeiro edital com vagas específicas para quilombolas e indígenas, não queremos exclusividades queremos garantir nossos direitos e por falar em bolsa de pesquisa, na pesquisa que fizemos, verificamos que precisamos de mais vagas para estudantes quilombolas e indígenas, precisamos também nos envolver mais enquanto acadêmicos e participar mais das ações e eventos. Depois de algumas situações ocorridas na ocupação, nos reunimos e pensamos em como não entrar nesse erro novamente, percebemos um grande nível de reprovação entre estudantes indígenas e quilombolas, pensamos de que forma a universidade pode trazer a demanda e de que forma podemos auxiliar, trabalhar com isso, uma equipe da UFPA trouxe uma proposta de ações afirmativas dentro do processo especial em relação à mobilidade acadêmica, queremos conversar sobre isso, as vezes o aluno não se identifica porque não conhece o curso, tem muitos fatores envolvidos, mas temos um compromisso de formar o indivíduo e, muitas vezes, o estudante quilombola ou indígena é o primeiro da família a entrar em uma universidade. Quando não atendemos os estudantes da forma como precisam, não deixamos os sonhos crescerem, quando o estudante procura a universidade é preciso dar escuta e tratar como ser humano e não discriminar. Para finalizar, quero falar sobre a mobilidade acadêmica para indígenas e quilombolas, a gente precisa pensar e discutir sobre isso, estamos em um cenário difícil orçamentário e precisamos pensar em soluções e quero encerrar agradecendo a todos os presentes e os que vieram de fora de Santarém, aos colegas dos campi fora da sede e perguntar de que forma estão sendo atendidos? Imagina quem está fora de Santarém, nos campi? E a primeira coisa que eu fiz quando assumi a liderança foi entrar em contato com as pessoas que estão lá e quero ouvir a realidade e as contribuições de vocês aqui hoje. Obrigado.

Mediadora: Agora passo a palavra ao representante do DCE – Ronaldo Pinto.

Ronaldo Pinto: Quero falar sobre os desafios da Assistência estudantil, sua importância e a influência que ela tem no espaço da universidade. Antes, a universidade e o ensino superior eram um espaço só da elite, apenas os ricos estudavam e os filhos dos trabalhadores, da periferia, ficavam de fora e a Assistência estudantil vem ampliar a entrada de pessoas da periferia e trabalhadores, com a entrada dessa grande parte da população temos uma nova ciência surgindo, mais próxima da realidade da maioria da população brasileira, que não vê a educação como concessão do estado e sim como direito e de um tempo para cá, vivemos um ataque na Assistência estudantil com o objetivo de voltar ao que era antes, essa política excludente não é apenas no governo federal, mas também de alguns representantes da atual gestão da Ufopa, o responsável pelo atual cenário é a atual gestão federal e não os alunos, cada vez mais mentiras sendo espalhadas, atacando estudantes das universidades federais, estudantes indígenas e quilombolas, que incomodam e bastante, porque até então o Brasil não tinha uma produção que não fosse colonial, por isso que é importante o diálogo, a Assistência estudantil não se limita somente a bolsas, precisamos de maior apoio pedagógico, mais sistematizado, de mais ações de acompanhamento aos estudantes. No PAA (Programa de Antropologia e Arqueologia) tem a monitoria que é uma ação em que um professor é destacado para reunir todos os textos das disciplinas e estudar melhor com os estudantes, verificar as dificuldades de idioma, em alguns cursos em que a metodologia é muito cansativa é importante para que os estudantes concluam seus cursos, precisamos desburocratizar mais as ações da Assistência estudantil e ver a situação de cada aluno, tem curso integral e a Ufopa não tem estrutura para que o estudante passe o dia todo na universidade e, as vezes, têm disciplinas dia de sábado, é difícil para os estudantes acompanhar, muitos tem jornada tripla, temos um campo isolado, aqui o Tapajós e não temos uma linha de ônibus que circule até aqui, precisamos pensar em ações com impacto positivo para coletividade, a Assistência estudantil também pode ajudar nessa mediação com a prefeitura e o estado e outras instituições para que tenhamos maior acessibilidade, é necessário e urgente! Para fazer com que os estudantes tenham melhor acesso e segurança, é importante ter a visão de ampliar as ações da Assistência estudantil para fora da universidade, no sentido da interlocução com outras instituições aqui da nossa região, objetivando melhorias para toda a universidade e conseqüentemente para a sociedade em geral. Quero aproveitar e passar alguns informes, reunião hoje à tarde com estudantes e amanhã reunião com a reitoria, convido vocês a participarem, quem puder ir será bem-vindo, precisamos discutir e criar estratégias de defesa desse patrimônio que é a Ufopa. Obrigado!

Mediadora: Agora passo a palavra ao representante do coletivo indígena.

Willames Sousa da Costa: Bom dia! Desculpe o atraso, moro em Belterra, é longe e cheguei atrasado. Quero manifestar a ausência do reitor aqui nesse fórum de hoje, mesmo com representante, era importante ele ouvir nossas demandas também, então quero registrar essa ausência, é importante também esse Fórum para apresentarmos as nossas propostas e depois de um ano verificar o que foi feito ou não.

Quero parabenizar a Proges por esse evento e dizer a importância desse momento porque sempre que o reitor fala por aí, em reuniões é dizendo que a Ufopa é referência na área social, na área da Assistência estudantil, mas essas políticas de Assistência estudantil e Ações afirmativas estão regulamentadas? Como pode ser referência diante dessa fragilidade? Isso é um questionamento, é importante que a gente possa fazer essas discussões, quando é realizado um ato administrativo, gostaria que fosse tratado com os estudantes indígenas e que haja um consenso, quando não aceitamos, quando dizemos não diante de uma proposta, é porque temos um motivo e esses motivos precisam ser considerados. Muitos estudantes indígenas estão apresentando trabalhos, estão no mestrado e fazendo várias produções, não temos só reprovações e não é só estudante indígena que reprova também. Considerando que nossa comunidade na Ufopa é extensão das nossas aldeias, temos algumas singularidades que precisam ser ouvidas, por exemplo, as bolsas influenciam diretamente na permanência do estudante indígena aqui na universidade, quando falamos que não concordamos e temos contrapropostas e não é respeitado, é muito grave. Todos somos maduros e inteligentes para entender e pela falta de regulamentação da política de Assistência estudantil e ações afirmativas na Ufopa traz uma série de dificuldades para todos e essa regulamentação vai melhorar e ajudar a entender melhor essas questões. Um dia desses, vi o “status” de uma estudante que estava chorando e dizendo que queria voltar para aldeia, largar a faculdade e isso me preocupou, outra vez vi uma estudante se mutilando na sala de aula, outra dizendo que não quer ter aula com um professor pois o professor só perguntava para ela, como se o professor estivesse duvidando da capacidade da aluna por ela ser indígena, através da Proges e DPEAA conseguimos a mediação com o professor e foi resolvido, mas esse foi um caso e chega inúmeras situações. Como fazer? Temos muitos alunos bilíngues, isso também é uma dificuldade, porque não podemos ter uma monitoria que fale a língua materna e fale o português? Para que possamos ter esse acompanhamento. A professora Lidiane Leão (Pró-reitora de Gestão Estudantil) sempre me chama para discutir as minutas dos editais, isso tem que ser uma prática da universidade como um todo para que nossas necessidades sejam atendidas. Por exemplo, saiu um edital para iniciação científica que era para reflorestamento na aldeia, mas um dos critérios era que não podia ter bolsa, ora, todos os indígenas são bolsistas, e como fica? A gente fica de fora? A assistência estudantil é diferente de iniciação científica e monitoria, se criar um teto acaba um direito do estudante, é uma questão contraditória e precisamos rever isso e o Fórum é o lugar para discutimos isso, é uma questão que precisamos mudar.

Queremos sugerir um espaço maior para os indígenas, inclusive fizemos um desenho de um “malocão”, um local para nossos encontros e rituais e até hoje não saiu do papel, o espaço que temos hoje é de 7 computadores para 500 indígenas e é importante para nós nos encontrarmos, estarmos entre nós, mas queremos construir aqui no Tapajós, cada aldeia poderá trazer a palha, fazemos o “puxirum” (mutirão) mas queremos o apoio da universidade, queremos um espaço pra nós aqui, onde nossos antepassados estão enterrados e também queremos pedir um espaço especial para as acadêmicas que são

mães, especialmente as indígenas, queremos um fraldário, um lugar adequado, muitas trazem seus filhos e filhas, pode ser feito com recurso do Pnaes. Poderia ser feita uma parceria com outras instituições, colocar as ações na prática e sair do discurso, quando a bolsa diminuiu de 500 para 100 reais eu fiquei preocupado, esse tratamento diferenciado para os indígenas é complicado, é delicado, a universidade não pode tratar os indígenas diferentes dentro da universidade, diminui o valor da bolsa, mas qual alternativa a universidade tá dando pra esses estudantes? Nós não temos uma contrapartida da universidade, por exemplo: estão nos retirando a bolsa, mas temos outras alternativas para vocês: uma casa de estudantes. Tudo aumentou de preço, o gás, o aluguel. Quando a universidade cortar, também deve criar outras alternativas de Assistência, precisamos pensar no curto, médio e longo prazo, precisamos ainda pensar na graduação, temos que ser bons aqui, o problema são os alunos ou os professores? Como é essa metodologia? As vezes o aluno não reclama porque tem medo de ser marcado pelo professor. Ainda tenho outras propostas e sugestões, mas devido o horário vou deixar para a mesa da tarde, mas quero fazer esse manifesto aqui. Obrigado.

Mediadora: Passo a palavra para Auricélia. Vamos tentar manter o prazo para as falas.

Auricélia: Eu nem gostaria de falar como liderança e sim como estudante, estou há quase dez anos na Ufopa, junto com a Assistência Estudantil e a Assistência estudantil não se faz só na Proges, se faz com estudantes, com a reitoria, com toda a universidade, falar o que é ações afirmativas na universidade é uma questão importante porque temos muita diversidade e o nosso grande problema são os servidores da Proges, infelizmente, enquanto estamos precisando de profissionais qualificados, eles estão tirando os profissionais que sabem trabalhar com a diversidade, os profissionais da Proges não são preparados para nos atender e também não tem formação nenhuma para trabalhar com ações afirmativas e com as diversidades. O reitor não está aqui e a partir disso já podemos ver a importância que essa universidade dá para a diversidade, esse governo está sendo terrível para os estudantes indígenas e quilombolas, tudo que eles querem é nos tirar da universidade, não temos espaço para viver nossa cultura na universidade, a única política que a Ufopa tem é a entrada PSE, a formação básica e a bolsa que a gente recebe e tudo foi com muita luta das lideranças, não foi porque a Ufopa é “boazinha”, nós não temos um espaço pra nós, sempre estão tentando nos expulsar, essas políticas tem que mudar, tirando os estudantes indígenas, quilombolas, PCD e LGBTI a universidade não existe. Tivemos uma grande dificuldade para conseguir recurso para apresentação de um trabalho, foi muito empenho da Pró-reitora da Proges. A Ufopa sabe onde estão os estudantes indígenas que estão se formando? Fui convidada para apresentar esse trabalho no México e levei toda essas dificuldades para o trabalho, eu não queria levar só essas dificuldades, queria também levar coisas positivas, mas não tem nada de positivo para falar. Em momento algum esse reitor quer escutar os estudantes e temos que lutar fora da universidade, com esse reitor não tem diálogo, a Ufopa tem que saber que temos o direito de ser consultados, é preciso que haja formação para os profissionais que trabalham com o estudante, temos direito a consulta livre e informada antes do ato administrativo. Era isso que eu tinha para falar.

Mediadora: Agora passo a palavra a Assistente Social Vanessa Rodrigues.

Vanessa: Quero cumprimentar a mesa, nossos alunos, esse espaço do Fórum é muito importante para ouvirmos as demandas dos estudantes e quero destacar nossa atuação do serviço social. Então, a Proges é uma conquista e um avanço muito grande para nós aqui na Ufopa, nas outras universidades maiores como Ufam e Ufpa, por exemplo, não tem uma Pró-Reitoria para tratar dos assuntos estudantis e nós temos, a partir da criação da Proges esse trabalho foi melhor sistematizado para os estudantes, quero destacar que no início houve um momento de muita tensão, o primeiro processo seletivo houve mais de 2 mil inscritos, outro destaque é a auditoria que houve e apontou as fragilidades e também o que pode ser melhorado, também quero citar o PDI, o serviço social desde 2014 faz um trabalho de caráter continuado, analisamos a situação de vulnerabilidade e também atendemos os estudantes. Fazemos encaminhamentos para os equipamentos de saúde mental, assistência social e outras instituições de acordo com as necessidades do caso. Fazemos entrevistas e visitas domiciliares também. Outra conquista foi a política de Assistência estudantil. Outro avanço é o modulo de assistência estudantil, e o anexo de documentos via sistemas, esse novo edital também traz uma nova experiência e podemos melhorar a cada ano. Outro ponto também é a criação dos núcleos da Proges, com maior autonomia e possibilidade de implementar mais ações de atenção ao estudante da Ufopa, como desafio quero destacar a necessidade de um calendário anual, porque não sabemos quando vai ser lançado o edital, por que depende do planejamento orçamentário da Universidade, também temos muitos dados na assistência estudantil e sabemos que cada campus é uma realidade, outro desafio é a metodologia da análise, temos um GT no Fonaprace que a assistente social Ivone Aguiar faz parte. Outro desafio é o atendimento aos campi, com os cortes orçamentários ficou mais difícil e a equipe é mínima, tivemos uma intervenção ano passado em três campi, mas tem campus que nem fomos ainda e sabemos dessa necessidade. Temos também a parceria com outras instituições e equipamentos públicos para atender os estudantes da Ufopa. Então vemos que a Ufopa e a Assistência estudantil estão em fase de consolidação e é preciso maior regulamentação da política e com o cenário de crise, temos o aumento da pobreza e o que vamos fazer daqui para a frente? Sabemos que o Pnaes não é uma lei de fato e de direito, então precisamos lutar para manter a universidade como direito para um ensino público e gratuito. Muito obrigada.

Mediadora: Passo a palavra agora para a Psicóloga Viviane.

Viviane: Bom dia a todas e todos, estou vendo o pessoal de Monte Alegre? Cadê a galera de Monte alegre? E de Juruti? Cadê a galera de Oriximiná? E de Alenquer? Óbidos? E Itaituba? Muito bem! Sejam bem-vindas! Quero saldar a mesa, sou a Psicóloga da Proges e quero marcar o campo de que temos duas psicólogas na Proges, somos duas mulheres, eu e minha companheira Milena Poça, duas profissionais, como é marcada a nossa categoria profissional que é formada expressivamente por mulheres. E eu estou desde 2015 na Ufopa e quando entrei, comecei a tentar compreender esse desafio, o que é ser psicóloga no ensino superior?

Na universidade? Quando fazemos o concurso não está claro como será a atuação, quando fiz o concurso a maior parte do conteúdo era sobre psicologia organizacional e aí vim atuar na Assistência estudantil. E como vamos atuar? A (o) psicóloga (o) no exercício de sua profissão tem sua prática pautada na Resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº 10/2005, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo e demais normativas que norteiam a atuação profissional, a (o) psicóloga (o) deve basear o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com vistas a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, atuando com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Dessa forma, atuando com responsabilidade social e com visão crítica da realidade e sempre na perspectiva da garantia de direito. A inserção da psicologia no âmbito da Instituição de Ensino Superior, mais precisamente no contexto da Assistência Estudantil é um campo relativamente novo para as (os) psicólogas (os). Com a publicação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, em 2010, o Governo Federal passou a investir recursos específicos destinados à atenção das necessidades dos estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A atuação das (os) psicólogas (os) vem sendo delineada simultaneamente à medida que ocorre a inserção da (o) profissional no território educativo das universidades, agregando ações de caráter preventivo e de promoção, desenvolvimento e ampliação de ações psicoeducativas, considerando a operacionalização de políticas de assistência e apoio formativo aos diferentes atores sociais e comunidade acadêmica. O atendimento psicológico disponibilizado aos estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), por meio da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), está fundamentado na Política Nacional de Assistência Estudantil, no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no Regimento Geral, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Ufopa, na resolução nº 210 de 22 de agosto de 2017 que aprova a política de Assistência Estudantil na Ufopa, na Resolução nº. 010/05 do Conselho Federal de Psicologia, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Em Santarém por exemplo, tem poucas psicólogas escolares, existe um movimento do nosso Conselho Federal de Psicologia que traz essa pauta: a necessidade dessas profissionais atuando no ambiente educacional e é um campo novo, ainda vivemos o estigma de psicopatologizar a vida e, comumente, o estudante é colocado como problema e aqui tentamos fazer um trabalho de psicoeducação com o objetivo de informar a comunidade acadêmica sobre o nosso fazer na Assistência Estudantil, na Ufopa. As ações desenvolvidas pelo Núcleo de Psicologia da PROGES destinam-se a apoiar a Universidade que, enquanto agência formadora, tem a importante missão de promover o processo educativo qualitativo, contribuindo para o desenvolvimento integral de seus estudantes.

A psicologia escolar e educacional toma para si o papel de colaborar na construção de uma educação de qualidade, baseada nos princípios do compromisso social, do respeito à diversidade e dos direitos humanos. A Psicologia Educacional pode ser considerada como uma subárea da Psicologia, entendida esta última com área do conhecimento. A área de conhecimento pode ser entendida como corpus sistemático e organizado de saberes...Faz-se necessário, porém, considerar a diversidade de concepções, abordagens e sistemas teóricos que compõem o conhecimento, particularmente no âmbito das ciências humanas das quais a Psicologia faz parte. Assim, a Psicologia da Educação pode ser entendida como subárea do conhecimento, que tem como vocação a produção de saberes relativos ao fenômeno psicológico constituinte do processo educativo. A Psicologia Escolar, diferentemente, define-se pelo âmbito profissional e refere-se a um campo de ação determinado, isto é, processo de escolarização tendo por objeto a escola (e seus similares) e as relações que aí se estabelecem; fundamenta sua atuação nos conhecimentos produzidos pela psicologia da Educação, por outras subáreas da Psicologia e por outras áreas do conhecimento (Antunes, 2008, p. 470). A psicologia escolar e educacional tem o compromisso de ajudar a melhorar os ambientes educacionais e processos relacionados com a educação e o desenvolvimento humano. Como instituição educativa, a universidade se propõe a contribuir para o desenvolvimento humano integral dos estudantes. Daí que a (o) psicóloga (o) teria função profissional nesse contexto educacional (Marinho-Araújo e Oliveira, 2011). Não por acaso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) encabeçou, em 2008, uma ação de incentivo e valorização da atuação profissional da (o) psicóloga (o) em contextos educacionais; para o conselho, caberia a (ao) psicóloga (o) o compromisso com a promoção de igualdade e justiça social pela luta e defesa dos direitos humanos e pelo respeito à diversidade, assim como caberia uma atuação de caráter eminentemente político para reforçar o respeito à diversidade e a garantia de direitos humanos. Nessa ação residiria a força para garantir o desenvolvimento integral dos estudantes, e não só o cognitivo. (O psicólogo escolar na assistência estudantil: um estudo de caso no CEFET - MG/unidade Araxá/ Alessandra de Moraes Silva. - 2018. 174 f.: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. P.65. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22320/1/PsicologoEscolarAssistencia.pdf>). "O trabalho da (o) psicóloga (a) na Educação não é uma atividade de intervenção psicológica. A profissional tem a tarefa de problematizar e discutir questões que são de alguma maneira referentes à psicologia e possam contribuir para a melhoria da educação e a formação dos sujeitos (Souza, 2009). A ética profissional da (o) psicóloga (o) escolar e educacional lhe exige capacidade de se indignar com práticas cristalizadas e naturalizadas na instituição educacional que tiram dos sujeitos sua humanidade (Souza, 2009). (Psicologia escolar e educacional no ensino superior: demandas e desafios na história do serviço de atendimento ao estudante da Universidade Federal de Uberlândia /Leiliane Bernardes Gebrim. - 2014. P. 144.

Orientadora: Célia Vectore. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17239/1/PsicologiaEscolarEducacional.pdf>). A(o) psicóloga(o) deverá desenvolver estratégias de escuta das vozes institucionais|| (Marinho-Araújo, 2016) buscando ouvir o sujeito, o grupo e a Instituição na interdependência expressa em suas ações, histórias, significados e afetos.|| (p.206) e fugir do estereótipo da escuta clínica psicológica tão criticada na literatura sobre a Psicologia Escolar. A escuta psicológica pode tornar-se uma ferramenta que auxilia uma intervenção consciente e respaldada desde que esteja balizada pela leitura do contexto histórico, social e políticos dos sujeitos. (O psicólogo escolar na assistência estudantil: um estudo de caso no CEFET – MG unidade Araxá / Alessandra de Moraes Silva. - 2018. 174 f.: il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pag.75. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22320/1/PsicologoEscolarAssistencia.pdf>). A política de assistência ao estudante prevê o serviço psicológico como uma ação dentre outras para garantir seu acesso, sua permanência e sua conclusão do curso, sua formação integral e humanística; e a fim de contribuir para a qualidade de vida e o desempenho acadêmico pelo fomento ao fortalecimento dos ideais de igualdade, democracia e inclusão social. (O psicólogo escolar na assistência estudantil: um estudo de caso no CEFET – MG unidade Araxá / Alessandra de Moraes Silva. - 2018. 174 f. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pag.65. Pag. 10. Disponível em: Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22320/1/PsicologoEscolarAssistencia.pdf>). Dessa forma, nosso referencial teórico é a psicologia escolar e educacional como sub-área da psicologia e temos como compromisso ajudar a melhorar o ambiente educacional, acadêmico, nosso instrumento de trabalho são as relações no âmbito da universidade. Nesses 10 anos de Ufopa o tema é a conexão com a comunidade e como queremos nos conectar? De forma qualitativa, porque não nos conectamos de qualquer forma, o nosso fazer também é nos indignarmos com a realidade e fugir do estereótipo da psicologia clínica. Quando adentramos na instituição nos deparamos com uma realidade que tem uma demanda gigantesca. E a assistência estudantil prevê uma qualidade de vida no âmbito acadêmico, no sentido de garantir de que essa ou esse estudante se mantenha na universidade até a conclusão do seu curso. Assim, os atendimentos psicológicos podem ser solicitados a partir do preenchimento via formulário online disponibilizado no site da Proges e referente ao ano de 2019, até o presente momento, temos 246 solicitações, que não é um atendimento clínico, não é psicoterapia, mas é um atendimento especializado, um espaço seguro de fala, com uma escuta profissional e, de acordo com os nossos dados, desse total, 73,2% das solicitações são de acadêmicas, de mulheres, e 26,8% são acadêmicos. Sobre a raça e etnia 68,3% se reconhecem como pardos, 9,3% são negros, 4,5% são indígenas e 3,3% são quilombolas,

esses percentuais nos apresenta uma realidade de que a maioria das acadêmicas e acadêmicos que solicitam o atendimento psicológico do Núcleo de Psicologia da Proges é público das ações afirmativas e nossos dados também estão em consonância com os dados do Fonaprace. Isso nos permite pensar políticas de atendimento ao estudante mais bem correlacionadas a realidade da Ufopa e nos indica um caminho. Nem sempre foi assim, por isso precisamos potencializar essas políticas de acesso ao ensino superior. 98,8% são estudantes dos cursos de graduação, mas também tem a procura de estudantes dos cursos de pós-graduação tanto do mestrado quanto do doutorado, mais de 40% dos estudantes estão entre o 1º e 4º semestre e a partir disso se eles conseguem esse apoio da universidade tem maior possibilidade de se adaptar a essa nova realidade, muito parecido com o perfil que o Fonaprace apresenta. Sobre alimentação os dados mostram que se alimentam mal, as vezes procuram o atendimento psicológico por que sentem fome e claro repercute na saúde mental, 41,1% tem dificuldade para dormir. Verifica-se, também, que todos querem se formar. Sobre como ficaram sabendo do atendimento psicológico, 42,3% dizem que foi indicação de amigos, 24,4% souberam por meio dos veículos de comunicação da Ufopa, 15,4% foram indicados por professores, 12,6% foram indicados por coordenadores de curso. Isso nos mostra um cenário em que a comunidade acadêmica de forma geral conhece o serviço e sabe como acessá-lo. Quero destacar **algumas conquistas nesses 10 anos de Assistência estudantil:**

- Abertura de concurso público para inserção de duas psicólogas na PROGES/Ufopa (2015 e 2017);
- Otimização do acesso as informações sobre os serviços por meio da criação de formulários on-line, que possibilita ao estudante solicitar tanto atendimento individual quanto em grupo;
- Ampliação das ações e serviços ofertados;
- Inserção de estagiárias (os) de psicologia na PROGES em parceria com o IESPES;
- Um caso de racismo vivenciando no âmbito da Universidade por uma estudante acompanhada pelo NUPSI que virou ação penal, tendo sido imprescindível para tanto, a materialização do dano e sofrimento por meio dos relatórios psicológicos emitidos durante o acompanhamento, não podemos tolerar esse tipo de tratamento na universidade;
- Atendimento as demandas dos Campi fora de sede (início em 2018);
- Transição de Serviço para Núcleo de Psicologia;
- Fortalecimento das relações interinstitucionais com a rede de atenção local onde a Ufopa tem sede materializadas nas idas aos campi.

Alguns eventos que organizamos na Ufopa, na perspectiva de criar uma cultura de saúde mental na universidade nos anos de 2018 e 2019:

- o I colóquio de prevenção ao suicídio;
- a Campanha Janeiro Branco na Ufopa: I Circuito de práticas psicoeducativas e de promoção da saúde mental;
- o I Seminário da Atenção em Saúde Mental no Município de Santarém/Pa: Um Diálogo Interinstitucional e aproveitamento para divulgar o II colóquio de prevenção ao suicídio, esse ano teremos uma semana de atividades alusivas à campanha setembro amarelo, direcionada para toda a comunidade acadêmica e sociedade em geral.

Alguns desafios do núcleo de Psicologia:

*Normatização/regulamentação dos serviços e ações do NUPSI;

*Uniformidade nas informações contidas em veículos de comunicação da Universidade acerca do NUPSI;

- Fluxos e protocolos de atendimento das demandas da comunidade acadêmica; Interdisciplinaridade;
- Espaços adequados para realização dos serviços que já existem e implementação de novas ações e projetos;
- Atendimento as demandas dos Campi fora de Sede;
- Psicoeducar acerca do fazer profissional da psicóloga no âmbito Educacional, especificamente na Assistência estudantil;
- Ausência de políticas de atenção à saúde do estudante no âmbito da Universidade;
- Participar de capacitações que tenham relação com as especificidades do fazer profissional;
- Duas psicólogas para atender as demandas de uma Universidade Multicampi;
- O combate a toda e qualquer forma de violência e opressão no âmbito da Universidade. Obrigada.

Mediadora: Passo a palavra para a Pedagoga Helana

Helana Miranda da Cruz Gomes - Bom dia a todas e a todos, vou apresentar um pouco das ações do atendimento pedagógico ao longo desses 5 anos. O que fundamenta o fazer pedagógico nessa universidade, especialmente no que diz respeito a Assistência estudantil é o Decreto 7. 234/2010 (Programa Nacional de Assistência Estudantil): no Art.3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O § 1º diz que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I-moradia estudantil;

II-alimentação;

III-transporte;

IV-atenção à saúde;

V-inclusão digital;

VI-cultura;

VII-esporte;

VIII-creche;

IX-apoio pedagógico e;

X-acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A partir dessas normativas o atendimento pedagógico aos estudantes é desenvolvido, visando o atendimento dos estudantes dos cursos de graduação regularmente matriculados na instituição de ensino. Desde 2014 a Proges oferece o atendimento pedagógico ao estudante. O que a pedagogia pode fazer dentro de uma Pró-Reitoria de gestão estudantil? Esse foi o ponto de partida para pensar as ações. Inicialmente, coordenei um programa de facilitação a aprendizagem em 2014 - Programa Monitoria de Aprendizagem e de 2015 a 2016 - Programa de Facilitação à Aprendizagem. A partir da análise dos índices de reprovação verificou-se a necessidade de criação do programa que consistiam em aulas de reforço para os estudantes que solicitaram e fizeram a adesão ao programa. Aqui alguns números de 2014:

Instituto	Nº de Facilitadores	Nº de Participantes
IBEF	16	19
ICED	9	8
ICS	10	13
ICTA	3	Não houve
IEG	6	23
CFI	8	-
TOTAL	52	63

Números de 2015:

Instituto	Nº de Facilitadores	Nº de Participantes
IBEF	2	7
ICED	4	16
ICS	1	7
ICTA	2	9
IEG	12	38
ISCO	1	2
TOTAL	22	79

Números de 2016:

Instituto	Nº de Facilitadores	Nº de Participantes
IBEF	3	13
ICED	1	12
ICS	1	8
ICTA	4	15
IEG	16	44
ISCO	1	3
TOTAL	26	95

Obtivemos bons resultados e desde 2015 os estudantes indígenas também procuraram o programa. Mas muitos buscaram e não compareciam, então tem essa questão também. O programa finalizou em 2016.

Estudantes Indígenas no Programa de Facilitação à Aprendizagem – 2016

Unid. Acad.	Facilitadores		Participantes	
	Selecionados	Ao Final do Programa	Não indígenas	Indígenas
IBEF	3	3	4	9
ICED	3	1	3	9
ICS	1	1	1	7
ICTA	4	4	5	10
IEG	20	16	39	5
ISCO	1	1	1	2
TOTAL	32	26	53	42

Em 2017 assumi um cargo de direção e destaque o I Seminário de assistência estudantil da Ufopa que teve como tema: Políticas, desafios e perspectivas. Em 2018 obtivemos um salto qualitativo quando assumi o atendimento pedagógico aos estudantes e quero destacar o Núcleo de Psicologia da Proges. Quero agradecer às psicólogas o apoio, as trocas e as conversas sobre qual seria a melhor forma de implementar esse trabalho e assim como o atendimento psicológico, também temos o formulário on-line e desde 2018 temos um atendimento pedagógico universitário individualizado. Esse atendimento que disponibilizamos no Nugepe, a partir dos dados do formulário on-line com total de 51 estudantes inscritos (até o momento) podemos ver o perfil do estudante que solicita o apoio pedagógico.

Assim, desse total temos o percentual de 47,1% que relata dificuldades em organizar os horários e a rotina de estudos, 9,8% relatam dificuldades de adaptação no ambiente acadêmico, 9,8% relatam algum problema de ordem pessoal. Os dados também mostram que 76,5% são mulheres e 23,5% são homens. Também atendemos estudantes de Pós Graduação e esse público geralmente traz como queixa a relação com orientadores, temos também o período do curso que solicitam mais estudantes que estão no 8º, 4º e 10º semestre, os alunos que estão produzindo o TCC também nos procuram. Quero destacar ainda a participação junto a PROEN na construção do programa de percurso acadêmico que ainda não foi implantado, também o atendimento aos campi através do PROGES itinerante, a criação do Nugepe e um pouco da minha produção técnica; a minuta de regulamentação do serviço e programa de acompanhamento acadêmico, a criação de três projetos: oficinas acadêmicas, ciranda pedagógica, e o estágio em pedagogia. Quero ressaltar a atuação da pedagogia enquanto gestão, atuando com formação de professores e participação em jornadas acadêmicas. O projeto Ciranda Pedagógica estreou dia 31/05/2019 e o tema foi “entrei na universidade e agora?” quero fazer uma propaganda do setembro amarelo e estarei com uma atividade da ciranda pedagógica com o tema: “Vinculação afetiva e aprendizagem: dialogando sobre interações qualitativas no âmbito da Universidade” convido vocês a participarem. Sobre os desafios: institucionalizar os serviços, garantir um espaço adequado para a realização do trabalho, hoje temos uma sala compartilhada e isso é uma dificuldade, maior publicidade do serviço, acesso às áreas do sistema da universidade. Enquanto pedagoga da Assistência estudantil não tenho acesso a alguns dados que poderiam gerar outras análises importantes e me despeço com os nossos contatos. Obrigada pela atenção.

Mediadora: vamos abrir para um debate, quero abrir um bloco de três perguntas e depois dois blocos de duas perguntas.

Perguntas e Respostas

Pró-reitora da Proges: Não é uma questão, eu apenas gostaria de fazer um combinado, hoje tínhamos previsto a eleição dos membros do Fórum, mas como de manhã estava esvaziado, vamos deixar para o período da tarde, vamos precisar de um presidente, 1 secretário, 1 vice entre outros representantes, se for de interesse dos campi aprovar um representante dos campi, penso que é importante e gostaria que um dos Fóruns poderia ser em algum município nos campi. Se algum representante dos campi quiser, seria importante, gostaria que os campi fossem protagonistas mais uma vez, inclusive o vice-presidente pode ser um estudante, só precisa verificar as atribuições.

Gerlan – Acadêmico de antropologia da Ufopa: a palestrante falou sobre editais se os alunos entendiam ou não e não é que a gente não entenda os editais, mas temos estudantes que não são estudantes indígenas e quilombolas, mas de comunidades ribeirinhas distantes, eu sou da comunidade de Prainha precisa pegar uma balsa, mais seis horas de barco, lá não temos internet, temos situações específicas que não são observadas nesses editais, é muita burocracia nesses editais, temos que entregar vários

documentos, a gente já estuda onde dá para estudar e reunir essa documentação em pouco tempo não é fácil. As políticas não nos atendem, somos negros e pobres. Outra questão é sobre a mobilidade, quando o estudante bolsista faz a mobilidade ele perde o auxílio, isso precisa ser pensado pela universidade. Vejo que nessas mesas comumente são chamadas as mesmas pessoas, os representantes das comunidades negras não são chamados e gostaria que fosse garantida a nossa representatividade nesses lugares.

Wellington Braga – Concluinte do curso de pedagogia: Vejo que os estudantes também estão perdendo seu idioma originário na universidade, e nós PCD, estamos passando por um processo de “desbralização”, a universidade precisa se adaptar as nossas necessidades, queremos maior apoio pedagógico.

Renato – Técnico em Assuntos educacionais do campi Juruti: Ouvindo as demandas é importante falar da nossa realidade, vejo a necessidade do Nupsi e do Nugepe e a necessidade de normatização e regulamentação para garantir os atendimentos aos estudantes, sobre as vagas é preciso verificar com a Proen sobre os números de vagas quando não é preenchido, pensar os campi, tenho acompanhado os alunos indígenas e percebemos que eles estão no curso, mas o curso está passando por ele, precisamos normatizar e institucionalizar nossos fluxos e metodologias. Concordo com o Gerlam que falou sobre a mobilidade, é preciso verificar caso a caso, nos cursos de engenharia a base é cálculo, se a pessoa não tem a base precisa pensar sobre outras possibilidades e a universidade precisa dar suporte para isso, os campi precisam se consolidar e normatizar as políticas de atendimento ao estudante, quero pedir também que não seja lançado edital no período de recesso, exatamente por conta das distâncias, considerando as características do nosso território e também o tempo.

Professora Marciana responde: vou responder com relação ao tempo de concessão de auxílios, quero pedir desculpas esse ano a concessão de auxílios saiu no período de férias, um edital passa por várias fases, não é feito em uma semana, mas a comunidade acadêmica já sabia que sairia em julho, só não sabia a data, mas já estava previsto e esse edital teve como público-alvo os estudantes que entraram até 2018, e tivemos a necessidade de lançar para acadêmicos de 2019 e teve coleta de documentação, o edital de 2018 já havia sido feito análise de vulnerabilidade. Qual a sua sugestão para melhorar?

Gerlam: Realmente! É preciso ser analisado caso a caso, tem várias situações a serem pensadas, tem comunidades distantes, então meus pais estão na roça até ele virem para cidade para gerar esse documento é um desgaste, quero pedir a humanização nesse atendimento da PROGES, as vezes a pessoa não sabe falar direito, não sabe nem dizer qual é a dúvida, mas precisa de orientação e “aí” procura ajuda das profissionais da Proges e as profissionais perguntam: “você leu o edital?” Isso ofende a gente, estamos passando por uma necessidade patente, é uma situação humilhante, a minha sugestão é vocês verificarem como atender esses estudantes, as vezes são duas semanas pra chegar um documento na cidade, são muitas demandas no curso, muitos alunos reprovam porque não tem tempo de estudar porque estão trabalhando para comer, é uma minoria que ganha bolsas na Ufopa.

Marciana: A burocracia mudou, no momento da solicitação o estudante vai anexar a documentação no sistema, caso não tenha acesso internet pode tirar foto do documento de forma legível, essa dificuldade já está sendo sanada, realmente tinha muita dificuldade, as vezes era indeferido depois de ter apresentado toda a documentação, agora mudou o estudante só vai precisar enviar o documento caso seja deferido.

Vanessa: Os documentos que são pedidos são documentos necessários para a análise de vulnerabilidade do estudante, de acordo com o Pnaes é necessário que seja comprovado a situação da vulnerabilidade socioeconômica, por isso os documentos são importantes, mas entendemos que precisar melhorar o acesso, nos disponibilizamos para atender todos os estudantes que nos procuram, esse ano produzimos o manual de explicação do processo, vídeos explicativos, estamos fazendo várias estratégias para melhorar o acesso, nós avaliamos que os editais precisam entrar no calendário acadêmico porque o estudante já fica sabendo que no início do ano haverá processo seletivo, temos grupo no aplicativo de WhatsApp, as vezes têm situações muito específicas, orientamos sempre que nos procure para conversar melhor, muita coisa tem mudado, temos acesso a alguns sistemas de banco de dados, mas não de tudo e precisamos comprovar análise de vulnerabilidade a partir da documentação que vocês entregam.

Jonnes: Quero colaborar com a fala da Vanessa e Marciana, esse momento é muito importante mesmo e temos que gerar um produto daqui. O mesmo estado que pede para desburocratizar também audita as universidades e exige a documentação para comprovar. Futuramente podemos pensar um produto e essas produções de forma digitalizada já evitaria um tanto de situações para que esse estudante que mora no interior tenha mais acesso, então temos que levar como produto que a digitalização desses documentos possa ajudar nesse processo.

Henrique: Solicitamos que esses documentos sejam digitalizados para que fique acessível, o estudante pode solicitar e o CTIC pode disponibilizar isso facilmente junto com a contribuição do serviço social.

Mediadora: Devido ao avançado da hora vamos finalizar e estamos à disposição para qualquer situação de orientação.

Wiliames: Quero agradecer a mesa, ainda tenho algumas questões, mas vou deixar para tarde, só para falar dessa questão de documentos temos uma dificuldade e precisar pensar sobre isso, o que foi falado aqui é o que a gente passa no cotidiano. Obrigado.

Ronaldo Pinto: Quero agradecer a mesa, estamos à disposição. A tarde estaremos aqui.

Henrique: Estamos à disposição, quero parabenizar a equipe da Proges pelo trabalho realizado e queria poder conhecer melhor. Muito bom ver o pessoal de Óbidos aqui, dos campi também, obrigado.

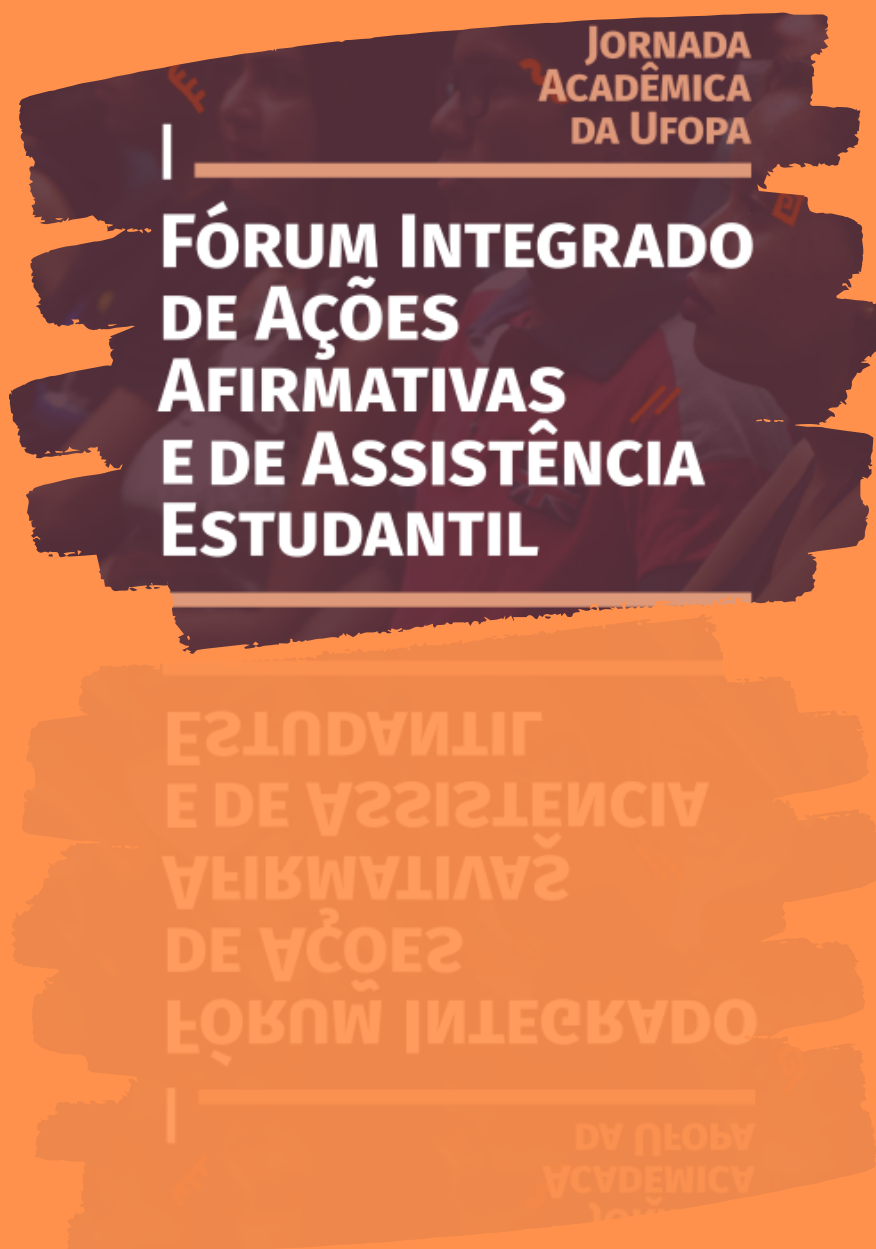
Marciana: Quero dizer que vocês têm um canal direto com a Proges, estamos aqui para atendê-los.

Viviane: Quero agradecer a oportunidade, estamos à disposição para parcerias, implementar ações, estamos juntas!

Vanessa: Quero agradecer o convite, os servidores, os campi e todos que ficaram até aqui. Sabemos que temos desafios, mas estamos aqui para fazer nosso melhor.

Helana: Obrigada, agradeço a oportunidade, quem quiser acessar o atendimento pedagógico pode solicitar no site da Proges, vamos conversar e somar forças.

Mediadora: Quero agradecer a presença de todo. Bom almoço.





**PROGES
UFOPA**

Relatoria Mesa 3

Relatora: Vanessa Rodrigues de Sousa

Lotação: Nuses/DAE

E-mail: nuses.proges@Ufopa.edu.br

Tel.:

Data: 12/09/2019

Início: 15h30

Término: 18h

Tradução Simultânea: Não

Recurso visual: Não

Público Presente: 242

Local: Auditório campus Tapajós

Tipo da Atividade: Mesa Redonda

Título da atividade: Mesa redonda 4: Ações Afirmativas e Assistência Estudantil na Pós-Graduação: proposições para garantia e efetivação das normas vigentes

Mediadora: Me. Elenise Pinto de Arruda (Iced/Ufopa)

Debatedor(es):

- Professora Dra. Lenise Vargas Flores da Silva (Proppit/Ufopa)
- Coordenador do PPGCS/Ufopa
- Felipe Bandeira (Unicamp)
- Anderson Lucas (Museu Nacional)
- Luana Cardoso Oliveira (PPGE/Ufopa).

No dia 12 de setembro de 2019, no horário da tarde, iniciou-se a mesa redonda com a presença de Elenise Pinto de Arruda (mediadora), Professora Lenise Vargas Flores da Silva e os estudantes de pós-graduação Anderson Lucas e Luana Cardoso Oliveira. Cada participante teve 10 minutos para expor as suas ideias.

A mediadora inicia sua fala sobre a lei de cotas para enfatizar as ações afirmativas na graduação. Até a publicação da Portaria Normativa do MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, não houve regulamentação sobre o tema nos cursos de pós-graduação dos Institutos Federais de Ensino Superior.

Em seguida, iniciam-se as falas dos convidados.

Em seu discurso, a professora Lenise destaca que tem sido uma preocupação em 2019, a necessidade de regularização das ações afirmativas na pós-graduação. Há um instrumento normativo que trata sobre a pós-graduação. Existe um esforço para uma aproximação com a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil/Proges, para se pensar estratégias para implementar as ações afirmativas e atender essas demandas. Há uma falta de visão das ações afirmativas na pós-graduação. Não há dados sobre os públicos: indígenas, pretos, pardos e quilombolas nos cursos de pós-graduação e não se conhece o público da pós-graduação. Na Ufopa tem-se os cursos de pós-graduação acadêmico e profissional, e ambos são diferentes. Conseguiram-se avançar, ainda que timidamente. Hoje tem-se um público de 1.380 estudantes matriculados nos diferentes cursos de pós-graduação da Ufopa. As áreas de educação e ciências sociais têm as melhores notas, com conceito 4 pelo MEC. Os níveis de qualificação dos cursos de pós-graduação variam de 3 a 7. Já foi enviado ao MEC proposta de implementação de novos cursos. Na Ufopa temos cursos com conceitos de 3,4 e 5 (que são as redes). No cenário atual houve várias solicitações que foram nocivas a pós-graduação, como a perda de um curso na Universidade por falta de produção. Recentemente tivemos a perda de 23 bolsas. Temos que amadurecer para o trabalho na pós-graduação. Desde 2016 tem-se uma discussão para as ações afirmativas na pós-graduação, mas ainda não foi possível atender essa demanda conforme a Portaria do MEC nº 13 de 11 de maio de 2016. Não há registro institucional sobre as ações afirmativas na pós-graduação. Em 2019, tivemos boas notícias e a retomada dessas ações. Na ocasião, sugeriu-se a previsão de uma data para a realizar uma reunião para tratar sobre as ações afirmativas na pós-graduação. Este ano foi possível realizar a análise de vulnerabilidade desses estudantes com o apoio da Proges e o trabalho das assistentes sociais Ivone Domingos e Vanessa Rodrigues. Os estudantes estavam concorrendo as bolsas ofertadas pelo Programa de Bolsas Ibero-Americanas Santander. Os recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil/Pnaes não têm sido usados na pós-graduação. As bolsas a esse público são externas. Na Ufopa não tem o fomento. As principais fontes de recursos são da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas).

Ao finalizar sua fala, destaca alguns pontos para discussão: 1) Sobre os Processos seletivos para a pós-graduação com o uso das cotas, ressalta se elas atenderão todos os cursos e o quantitativo de vagas; 2) Até o momento, não estava previsto um número de bolsas para alunos cotistas na pós-graduação; 3) Ressalta a importância da análise de vulnerabilidade socioeconômica como critério para concessão da bolsa.

A estudante de pós-graduação, Luana Cardoso Oliveira, iniciou sua fala e ressalta que é uma estudante indígena, da pós-graduação. É da etnia Arapiun e cursa o mestrado em Educação na Ufopa. Expõe sobre o contexto atual da situação dos indígenas, quilombolas e deficientes. Questiona: Quais os planos da Ufopa para as ações afirmativas? São 10 anos de ações afirmativas. A universidade não tem feito seu papel político e social. Não tem se pensado nos indígenas na pós-graduação. Medidas têm que ser tomadas. É muito difícil está no mestrado, ser mãe e contemplar os territórios. Para o indígena não adianta o conhecimento se não puder ser compartilhado. O estudante indígena tem que ter direito a pós-graduação. Houve uma briga sobre produção acadêmica no ano passado. Em seguida, Luana direciona a seguinte pergunta à professora Lenise: Quais são os planos para as ações afirmativas na pós-graduação? Há uma demanda de alunos indígenas que já estão formados. Mesmo que tardiamente, precisamos fazer as discussões. Precisamos nós mesmos, escrevermos nossa história com nossas próprias perspectivas. A estudante concluiu sua fala apresentando alguns dados quantitativos de estudantes indígenas matriculados na pós-graduação, há 1 estudante indígena na Ufopa, 02 na Ufpa e 02 na UFMG.

Em seguida, o estudante Anderson Lucas (doutorando do Museu Nacional) inicia sua fala e expõe sobre sua trajetória de vida, ressaltando aspectos da vida pessoal e acadêmica. Em seguida, questiona: Que tipo de aluno a universidade quer? Em 2003 estudou em uma universidade particular com subsídio do Prouni (Programa Universidade Para Todos). E reitera novamente: Que tipo de aluno a universidade quer? O estudante fala sobre a meritocracia, relata sua história de luta e resistência, e o desafio que foi de implementar no Museu Nacional o processo seletivo especial para o ingresso na pós-graduação no qual a prova é de inglês. E reitera: Que tipo de aluno a universidade quer? As cotas foram 100% para as pessoas brancas. As políticas são para eliminar as minorias, porque a universidade vai continuar com as pessoas brancas e relata que não quer lutar por uma universidade que não tem ouvido e atendido suas demandas. Finaliza sua fala destacando que é preciso mudar essa estrutura.



Perguntas e respostas

Após o término das falas dos convidados, a mediadora Elenise, iniciou a sessão de perguntas e respostas, sugerindo a participação da plateia.

A professora Marília Leite (docente da Formação Básica Indígena) inicia sua fala questionando se a universidade não é mais um espaço de colonização? A Ufopa está garantindo o acesso. Mas e a permanência? E a perspectiva para a Pós-Graduação? Não têm bolsas para os indígenas? É uma vergonha não haver cotas na Pós-Graduação. Deve-se levar a sério a minuta. Não está sendo cumprindo os objetivos da Ufopa em atender os grupos da Amazônia.

O professor Zair (docente da Ufopa) salienta que seja dada atenção aos funcionários da Proges pela alta Reitoria. Direciona o seguinte questionamento a professora Lenise: Qual é o aluno que a Universidade está projetando? Qual a produção que a Ufopa exige para que o aluno tenha bolsa, e seja atendido na Pós-Graduação? Encerra sua fala destacando que os processos de entrada são brancos e os brancos complicam tudo.

O estudante Deam (discente do curso de pós-graduação da Ufopa) declara que é oriundo de escola pública e representante do seu curso. Destaca que a comunidade mais pobre está inserida na Graduação e agora estão entrando na Pós-Graduação. Os cortes estão servindo para elitizar, só fica quem têm condições de bancar as pesquisas e se manter. Finaliza sua fala ressaltando que neste evento deveriam estar presentes os coordenadores dos cursos de Pós-Graduação para ouvirem esses relatos.

A mediadora Elenise, sugere que seja realizado um seminário entre a Proges e a Proppit para discutir sobre a pós-graduação e as ações afirmativas.

O estudante e servidor Edson Almeida (técnico administrativo da Ufopa) destaca que estão sendo criadas dificuldades para não implementar as ações afirmativas na pós-graduação. Ressalta: temos desigualdade étnico-racial no âmbito acadêmico; dificuldade dos docentes.; a universidade foi criada para atender esse público. Finaliza sua fala ressaltando que deve-se transformar o corpo docente dessa instituição.

Em seguida, Maike Vieira (técnico administrativo da Ufopa) agradece pelo evento. No seu discurso, afirma: somos socializados dessa forma, em sermos racistas. Se tiver índio na pós-graduação, vai cair o rendimento. Hoje ninguém ousa dizer que não tem indígenas e quilombolas na universidade. O discurso de Luana e Anderson são muito contundentes e perigosos. Até hoje o professor Rubens, Elias, Zair, Alan, Everaldo e Marília, sofrem racismo. Destaco a homenagem feita ao professor Zair, o seu nome foi intitulado em honraria, na biblioteca da comunidade de São Pedro, observei isso quando fui administrar um conflito naquela região. . O objetivo é de fechar todas as portas, a universidade não é lugar de revolução, mas de colonialidades.

Elenise destaca, que foram realizadas discussões com os coordenadores de pós-graduação, o documento foi para consulta pública, houve 33 contribuições e algumas foram agregadas ao texto. Houve um processo iniciado, o processo não anda por questões técnicas e competência, mas sim por causa da postura preconceituosa de professores com o tema. Posturas preconceituosas, na qual a mesma ficou assustada com as falas, quando disseram que a nota de avaliação do curso baixaria. A possibilidade de vagas requer ir além de recursos e bolsas, requer mudança de postura quando dizem que a universidade não é lugar de preto, indígena e quilombola.

A estudante Josiane Ribeiro (discente do ICTA e também voluntária do Fórum) ressalta sobre o trabalho das Suraras. Manifesta insatisfação com a universidade. No seu discurso relata que é mulher, mãe, tem filhos, tem sangue indígena e negro. Tentou concorrer ao processo de tutoria, mas não conseguiu. Tem tido muita dificuldade para conseguir uma bolsa. Finaliza sua fala enfatizando que possui muita vontade de trabalhar pelo coletivo e se coloca à disposição para ajudar no Fórum e no que precisarem.

Em seguida, a mediadora direciona as falas aos convidados da mesa para responder aos questionamentos e o encerramento.

Anderson afirma que as ações afirmativas é uma igualdade de oportunidades. Finaliza a sua fala recitando uma poesia de Nego Bispo.

Luana cita os nomes dos professores Zair e Denize e enaltece as falas de Maike. Finaliza seu discurso ressaltando que os indígenas desta universidade são pesquisadores e podem escrever a sua própria história.

Em seguida, professora Lenise agradece as falas. Destaca a necessidade de realizar uma reunião com os coordenadores dos cursos de Pós-Graduação no mês de outubro. Alguns coordenadores têm uma visão tecnicista e não aceitam colocar cotas no processo seletivo da Pós-Graduação. Afirma: Precisamos saber como discutir esse processo. Temos ciência do nosso papel de universidade. Entende-se a complexidade de se avançar sobre isso. A administração está aberta, é uma aliada. Destaca a necessidade de implementar as normativas, buscar alianças e parcerias nesse processo, desde que sejam realizadas ações propositivas para isso. Nós conhecemos a estudante Luana, sim, mas eu esqueci de colocar isso.

Luana se pronuncia e ressalta que nessa reunião eles sejam convocados. Finaliza seu discurso com a afirmação: “Nós temos capacidade intelectual para estarmos lá”.

Após esta fala, a mediadora Elenise Arruda, concluiu os trabalhos da mesa e direcionou a fala à Pró-reitora de Gestão Estudantil, professora Dr. Lidiane Leão, para o encerramento do Fórum.

No encerramento houve um momento cultural, com a apresentação de dança de carimbó e Coffe break para os participantes.

Santarém, 12 de setembro de 2019